



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística em Portugal

Departamento de Turismo e Gastronomia

Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade

2023, Mafalda Martins Cordeiro Sachim



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Mafalda Martins Cordeiro Sachim

Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística em Portugal

Dissertação de Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade,
apresentada ao Departamento de Turismo e Gastronomia da Escola Superior de Educação de
Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Eugénia Cristina Peixoto Godinho Lima Devile

abril, 2023

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, que me ajudou ao longo desta caminhada.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos os que me acompanharam durante a realização desta dissertação.

Primeiramente, queria agradecer o apoio incondicional que a minha família me prestou ao longo destes meses.

Em seguida, pretendo deixar o meu sincero agradecimento à minha orientadora por se demonstrar disponível e interessada quando lhe realizei o convite para este trabalho e a todos os entrevistados que desde o primeiro momento demonstraram disponibilidade e interesse para colaborar nesta investigação.

Por último, tenho de agradecer a todos os meus amigos e colegas, que me deram muita força para não desistir e por me motivarem a realizar esta dissertação, da qual tenho um carinho enorme.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!

Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística em Portugal

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Turismo do Interior – Educação para a Sustentabilidade e pretende estudar os desafios que se colocam na organização de um evento desportivo para modalidades adaptadas à oferta turística, aquando da realização do evento.

A acessibilidade turística e os eventos de desporto adaptado são cruciais para Portugal por diversas razões: investir na acessibilidade turística não só aumenta o número de turistas que visitam Portugal, mas também demonstra um compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os viajantes.

O estudo empírico foi desenvolvido através de um trabalho de natureza qualitativa, recorrendo-se à análise de conteúdo de entrevistas realizadas a federações e associações desportivas. Procurou-se desta forma, analisar a acessibilidade da oferta turística, aquando da realização de um evento desportivo para pessoas com incapacidades.

A partir da pesquisa realizada é possível concluir-se que, por existir um défice a nível de acessibilidades na oferta turística de Portugal, o país deve investir em infraestruturas adaptáveis e sensibilizar a população para este contexto.

Palavras-chave: Desporto Adaptado, Acessibilidade, Oferta Turística, Eventos de Desporto Adaptado, Portugal

Adaptative Sports Events and Accessibility of Tourism Offer in Portugal

This thesis was developed in the context of the of the Master's Degree in Inland Tourism – Education and Sustainability and it aims to investigate the challenges that touristic supply faces when organizing a sports event for adapted modalities.

Touristic accessibility and adapted sports events are crucial to Portugal for a variety of reasons: investing in touristic accessibility not only increases the number of tourists that travel to Portugal, but also shows a commitment with inclusion and equality of opportunities for all travellers.

This empirical investigation was developed using qualitative and quantitative data, and the content of several interviews to sports federations and associations. In this way we seek to analyse the accessibility of touristic supply at the time of sports events for disabled people.

From this research it is possible to conclude that due to a deficit of accessibility in touristic supply in Portugal, the country should invest in adaptable infrastructures as well as raising awareness of this context within the population.

Keywords: Adapted Sport, Accessibility, Tourism Offer, Adapted Sports Events, Portugal

Sempre chegamos ao sítio aonde nos esperam.

Miguel Gonçalves Mendes

Sumário

Introdução	2
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo 1 – Turismo Acessível	6
1.1. Nota Introdutória	6
1.2. Turismo Acessível.....	6
1.3. Acessibilidades e Desenho Universal	9
1.4. Direitos das Pessoas com Deficiência	11
1.5. Tipologias de Deficiência e as suas Características.....	12
1.6. Visão Sistémica do Turismo	14
1.7. Síntese.....	16
Capítulo 2 – Turismo Desportivo	18
2.1. Nota Introdutória	18
2.2. Conceito e Tipos de Turismo Desportivo	18
2.3. Desporto Adaptado.....	22
2.4. Desporto Adaptado em Portugal	23
2.5. Síntese.....	26
Capítulo 3 – Oferta Turística Acessível	28
3.1. Nota Introdutória	28
3.2. Oferta Turística	28
3.3. Oferta Turística Acessível.....	29
3.4. Necessidade de Infraestruturas Desportivas Adaptadas	33
3.5. Vantagens Competitivas para os Destinos Turísticos	36
3.6. Síntese.....	37
Capítulo 4 – Acessibilidades em Eventos de Desporto Adaptado	39

4.1. Nota Introdutória.....	39
4.2. Eventos Desportivos	39
4.3. Organização de Eventos de Desporto Adaptado	40
4.4. Importância do Desporto Adaptado e os Eventos Associados	42
4.5. Síntese.....	42
PARTE II– ESTUDO EMPÍRICO.....	44
Capítulo 5 – Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística, em Portugal	45
5.1. A Acessibilidade dos Eventos Desportivos, em Portugal	45
5.2. Metodologia.....	45
5.3. Procedimentos	46
5.3.1. Caracterização da Amostra	47
5.4. Instrumentos.....	48
5.5. Recolha e Análise de Dados	48
5.6. Apresentação e Discussão dos Resultados	50
5.7. Proposta de pequenas soluções de acessibilidade a curto, médio e longo prazo.	56
6. Conclusão	58
BIBLIOGRAFIA.....	59
Anexos	71
Anexo 1 – Guião de Entrevista	72
Anexo 2 – Grelhas de Análise de Conteúdo das Entrevista	74

Lista de figuras

FIGURA 1 - SOBREPOSIÇÃO ENTRE TURISMO E DESPORTO	19
FIGURA 2 - ORGANIGRAMA DO DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM PORTUGAL	24

Lista de Tabelas

TABELA 1 - TIPOS DE DEFICIÊNCIA E AS SUAS CARACTERÍSTICAS	13
TABELA 2 - INDICADORES DESPORTIVOS MAIS RELEVANTES DE DESPORTO ADAPTADO	25
TABELA 3 - ATLETAS DE SELEÇÕES NACIONAIS DE DESPORTO ADAPTADO, POR MODALIDADE.....	25
TABELA 4 - CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS.....	49
TABELA 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO	50
TABELA 6 - PROPOSTAS DE PEQUENAS SOLUÇÕES DE ACESSIBILIDADE A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO	57

Introdução

No âmbito do projeto final, integrado no Curso de Mestrado em Turismo do Interior – Educação para a Sustentabilidade, da Escola Superior de Educação de Coimbra, realizou-se o trabalho de investigação com a temática: Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística em Portugal.

Este trabalho procura acima de tudo compreender as necessidades de criar condições de acessibilidade na indústria do turismo desportivo de forma a permitir a todos os indivíduos usufruírem dos equipamentos e serviços turísticos. A oferta turística de um destino deve corresponder às necessidades das pessoas com incapacidade, quer esta seja permanente ou temporária (Devile, 2009).

Devido à evolução deste setor e de todas as atividades e características que o englobam, nem sempre o turismo foi uma atividade disponível para todos. Apesar dos efeitos da pandemia ainda se fazerem sentir um pouco por todo o mundo, as receitas provenientes do turismo continuam a ter grande impacto, nomeadamente em Portugal. O mercado português tem alguma relevância no que diz respeito ao investimento na hotelaria, relativamente a hotéis, a inovação é algo que pode revolucionar e apresentar soluções. Em 2021, a maioria dos meios de alojamento turístico registou 16,0 milhões de hóspedes, que proporcionaram 42,6 milhões de dormidas, traduzindo-se em aumentos de 36,9% e 40,7% respetivamente (INE, 2022).

A hotelaria apresenta-se como tendo um papel fundamental na confluência entre os eventos e o turismo, sendo que os eventos desportivos não são exceção (Vieira, 2015). Os eventos desportivos têm uma grande importância pelo seu potencial de atração de participantes fora do âmbito local onde decorre o evento. O transporte para o evento é a principal despesa dos visitantes, seguida da aquisição de serviços oferecidos pela hotelaria (Vieira, 2015:92).

A percentagem de deficiência ou de incapacidade é de mais de um bilião de pessoas em todo o mundo (OMS, 2011) e entre as que viajam tem vindo a aumentar ano após ano. Refletindo-se, num aumento da procura dos espaços acessíveis, desde as infraestruturas até aos serviços, o que tem contribuído para o aumento do valor do turismo acessível no mercado turístico (Turismo de Portugal, 2017).

O turismo acessível constitui um desafio de adaptação para a oferta existente, procurando tornar os destinos mais competitivos por meio da acessibilidade, mesmo com recursos económicos limitados. É importante garantir que as novas possibilidades de acesso ao meio construído sejam atrativas o

suficiente para diferenciar os produtos turísticos oferecidos em cada destino (Teles, 2012). Posto isto, os gestores de cada destino têm de procurar um acolhimento de excelência a todos os seus turistas sem exceção, atendendo às características de cada um e proporcionando uma boa experiência a todos.

De acordo com Araújo (2022), o estudo da Comissão Europeia no ano de 2012 mostra que os turistas com necessidades especiais realizaram 783 milhões de viagens, contribuindo com 394 mil milhões de euros para o PIB europeu. Esses estudos revelam um constante crescimento anual da procura deste tipo de turismo na Europa (Araújo L., 2022).

A procura crescente de espaços turísticos acessíveis, por parte das pessoas com incapacidades motivou este trabalho: mas será que existe oferta turística acessível adequada para servir este mercado? Apesar dos serviços de hotelaria seguirem a legislação portuguesa, que prevê o direito das pessoas com deficiência à fruição dos tempos livres mediante, nomeadamente, a criação de estruturas adequadas e formas de apoio social, Lei nº 38/2004, de 18 de agosto, no artigo 38º (Sousa & Mangas, 2020), é necessário sensibilizar todos os tipos de público, incluindo a população residente, para uma construção de territórios socialmente mais inclusivos (Teles, 2012).

De acordo com Dickson et al. (2016) é relevante e oportuno considerar as questões de acessibilidade em diversos contextos de serviço, incluindo eventos desportivos. Hospedar estes eventos será uma oportunidade única para esses locais, deixando benefícios para as pessoas com deficiência sejam elas residentes ou visitantes desses destinos (Dickson et al., 2016). Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é estudar os desafios que se colocam à oferta turística na organização de um evento desportivo para modalidades adaptadas.

Foram ainda traçados os seguintes objetivos específicos que darão direcionamento a esta investigação: identificar as principais dificuldades na organização de eventos de desporto adaptado no âmbito da acessibilidade da oferta turística; analisar as estratégias para ultrapassar a falta de acessibilidade na oferta turística e discutir a importância da melhoria da acessibilidade para a competitividade da oferta turística.

Inicialmente, a presente investigação foi intitulada de “Eventos Paralímpicos e a Oferta da Acessibilidade Turística, em Portugal”, mas com o decorrer da mesma, depois de muita pesquisa, começaram a surgir algumas dúvidas sobre a ideia inicial. Chegamos à conclusão de que o termo “Paralímpico” não é o mais adequado porque nem todas as modalidades o são, embora este seja um termo com maior impacto social, pela sua dimensão mediática. No entanto, optou-se pelo termo “Desporto Adaptado”, muito utilizado no meio académico, embora, em muitos casos não exista adaptação da modalidade, mas sim dos atletas.

Relativamente à estrutura do projeto, este divide-se em cinco capítulos: introdução; enquadramento

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar de forma global a presente investigação, dando a conhecer o tema que será abordado, bem como a sua relevância a nível teórico e a nível nacional. Para além disso, neste mesmo capítulo são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos desta investigação, assim como a metodologia utilizada de forma a ir ao encontro dos objetivos estabelecidos. Por fim, é exibida a estrutura da dissertação e apresentados resumidamente os capítulos que a formam.

O segundo capítulo pretende apresentar uma visão geral de alguns conceitos importantes, relacionados com o tema da dissertação. Assim, é importante começar por perceber o que é o Turismo Acessível, Turismo Desportivo, Oferta Turística Acessível e Eventos de Desporto Adaptado.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia utilizada para levar a cabo a investigação empírica, realizada por meio de uma abordagem qualitativa. Explicam-se aqui as razões e os instrumentos utilizados para a recolha de informação através de entrevistas semiestruturadas a federações e associações desportivas. Apresenta-se ainda o plano metodológico, que foi seguido para atingir os objetivos da investigação.

Relativamente ao quarto capítulo, os resultados obtidos através das entrevistas realizadas permitem aferir a perceção da importância das necessidades de adequação de infraestruturas, equipamentos, legislação, serviços e outros.

E por fim, no último capítulo são discutidas as principais conclusões do estudo, apresentando-se primeiramente os eventos de desporto adaptado como um fator cada vez mais importante tanto para potenciar a economia local como forma de promover a imagem do destino.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Turismo Acessível

1.1. Nota Introdutória

O turismo acessível procura tornar as experiências de viagens inclusivas para todas as pessoas, independentemente das suas necessidades ou limitações.

No intuito de melhor integrar a temática do presente trabalho, o capítulo inicia com a reflexão sobre os conceitos de turismo e turismo acessível, explicando de forma sumária a complexidade em torno destes conceitos e a sua relevância.

São ainda apresentados alguns dados estatísticos relacionados com a importância do turismo enquanto atividade económica e aspetos relacionados com a evolução do turismo acessível em Portugal. Na segunda secção abordam-se algumas definições de acessibilidade e desenho universal. De seguida, analisam-se os direitos das pessoas com deficiência completando-se com o ponto seguinte referente às tipologias de deficiência e às suas características. Por último, são analisados os conceitos de destino turístico e oferta turística, refletidos na visão sistémica do turismo.

1.2. Turismo Acessível

De acordo com Dluzewska e Rodzos (2018) e Giampiccoli et al. (2020) o turismo cresce continuamente desde há seis décadas e assume a posição de sector económico com maior e mais rápido crescimento no mundo.

Devido à evolução do próprio turismo e de todas as atividades e características que o englobam também o seu conceito tem sofrido algumas alterações significativas ao longo do tempo. O turismo é uma atividade económica com valores capazes de transformar a vida de uma localidade, através de um formato de serviços e informações (Santana & Lima, 2018).

Turismo pode ser definido como um conjunto de relações e fenómenos originados através da deslocação e da permanência de pessoas fora do local habitual da sua residência, desde que não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade principal com fins lucrativos. Portanto, compreende “atividades desenvolvidas pelas pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual, num período inferior a um ano, para fins recreativos, negócios ou outros” (OMT, 1991).

Em Portugal, o turismo é uma das atividades económicas mais importantes. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o turismo representou cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2019. Segundo o WTTC (2021), em 2019, direta, indireta ou induzida, as viagens e o

turismo em Portugal contribuíram para 16,5% do PIB e 18,6% do emprego total. Por outro lado, o crescimento e a competitividade, a longo prazo da indústria do turismo depende da sua capacidade de satisfazer as necessidades de todos os mercados, ou seja, da sua capacidade de ser uma indústria acessível e inclusiva (Eusébio et al., 2022). Portugal, recebeu ainda a distinção de Destino Turístico Acessível 2019, durante a 23ª Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, realizada em São Petersburgo, Rússia. O prémio, atribuído pela primeira vez no ano de 2019 pela OMT em parceria com a Fundación ONCE, reconhece o esforço de Portugal na promoção da acessibilidade no turismo (Turismo de Portugal, 2019).

Atualmente, o turismo ainda não é uma atividade acessível a todos os cidadãos, em especial a pessoas com alguma limitação de natureza motora, visual, auditiva ou intelectual (Santana & Lima, 2018). Sendo que uma das razões que impossibilita a prática desta atividade não advém sempre da vontade ou propensão do potencial turista, mas sim das condições de receção dos destinos turísticos. O Turismo Acessível está relacionado com um conjunto de esforços de forma a garantir que destinos, produtos e serviços sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente da sua condição física, limitação ou deficiência.

Para Saraiva (2017), a literatura da especialidade menciona diferentes designações associadas a este segmento: “Turismo para Todos”, “Turismo Inclusivo” ou “Turismo Acessível” que representam uma mesma realidade. Independentemente da designação, este conceito reconhece que qualquer pessoa deve poder usar os equipamentos e serviços turísticos e que é necessário proporcionar uma oferta de serviços e atividades orientada para os gostos e preferências de pessoas que tenham um conjunto de limitações a quem podem corresponder necessidades e exigências diferentes de outros segmentos da procura (Devile, 2009).

De acordo com Zsarnoczky (2018), o Turismo Acessível é um segmento de mercado de extrema versatilidade devido a uma procura multifacetada. Segundo outros autores, o Turismo Acessível tem como significado fazer viagens, em que os destinos, produtos e informação turística estão ajustados a todos aqueles que têm necessidades especiais ao nível da acessibilidade, aos seus familiares e amigos sem que, nenhum grupo ou setor seja discriminado ou seja, disponibilizar oferta turística acessível não apenas focada em intervenções físicas, mas também direcionada para a comunicação e qualidade do serviço prestado (Peixoto & Neumann, 2009).

Pensar em turismo acessível é debater as diferentes variáveis que influenciam o turismo no que remete à acessibilidade, é compreender desde a construção dos espaços e atividades adequadas às necessidades dos usuários, procura formas e mecanismos que sejam inclusivos e capazes de atender e atrair a população como um todo (Duarte & Oliveira, 2018).

A população mundial está a envelhecer rapidamente e o turismo acessível com enfoque nas pessoas com incapacidades, apresenta potencial económico. Ao viajar, são acompanhados familiares e amigos, e muitas vezes compartilham as experiências positivas, o que pode impulsionar ainda mais o setor do turismo (Turismo de Portugal, 2014).

De acordo com a última publicação do Eurostat, em 2021, cerca de 93 milhões de pessoas, ou 19% da população da União Europeia, relatam possuir alguma incapacidade que limita as suas atividades diárias (Eurostat, 2021) e, em Portugal, as pessoas com incapacidade, idosos e outras pessoas com limitações funcionais, representam cerca de 30,3% da população total (Alves et al., 2020). Estes números demonstram que o mercado do turismo acessível é relevante e com uma grande possibilidade de crescimento, principalmente devido ao envelhecimento da população, uma realidade em muitos países, nomeadamente, nos países desenvolvidos, como é o caso de Portugal (Eusébio et al., 2022).

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em Portugal, a população com 65 anos ou mais é estimada em, aproximadamente, 2,2 milhões de pessoas, representando cerca de 22% da população total (INE, 2020), o que torna a sociedade portuguesa numa das cinco sociedades mais envelhecidas do mundo (Eurostat, 2019). Esta é uma razão pela qual o mercado do Turismo Acessível é agora um mercado importante, ou seja, as pessoas com necessidades especiais não podem ser ignoradas pelo turismo, uma das principais atividades económicas a nível mundial (Eusébio et al., 2022).

Assim, a prática do turismo deve estar ao alcance de qualquer cidadão, sem exclusão de qualquer tipo de grupo da população (Sousa & Mangas, 2020).

Com o objetivo de desenvolver um destino turístico acessível, Portugal tem vindo a desenvolver-se nesta área desde 1997, quando surgiu o DL123/97, de 22 de maio, como enquadramento em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos. Mais tarde, em 2003 surgiu a Rede de Cidades e Vilas com Mobilidade, um projeto que pertence a uma associação de interesse público e sem fins lucrativos.

No ano de 2004 foi criada a Lei nº28/2004, de 18 de agosto, artigo 38º, este prevê o direito das pessoas com deficiência à fruição dos tempos livres mediante, nomeadamente, a criação de estruturas adequadas e formas de apoio (Sousa e Mangas, 2020). Dois anos mais tarde, em 2006 surge mais o DL163/2006 que define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais. Em 2009/2013, foram criados os Planos de Promoção da Acessibilidade/RAMPA.

Em 2013, foi elaborado o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2013-2015) que introduziu pela primeira vez nas políticas de turismo a preocupação com a acessibilidade dos destinos para as

peças com incapacidade. Além disso, o Turismo de Portugal criou o Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria, com o intuito de fornecer diretrizes para a promoção da acessibilidade nos estabelecimentos hoteleiros do país. No ano seguinte, em 2014, o Guia de Boas Práticas na Acessibilidade: Turismo Ativo - Turismo de Portugal. Nesse mesmo ano, surgiu ainda a Norma Portuguesa 4523/2014, julho de 2014, que se refere ao Turismo Acessível em Estabelecimentos Hoteleiros e, por fim, ainda no ano de 2014, foi criado o Plano de Ação Turismo 2020, que inclui o projeto “Tornar Portugal um destino acessível para todos”.

No ano de 2015 foram lançados os primeiros Planos Estratégicos/Ação de Turismo Acessível à escala regional, sendo que no ano de 2016, o Turismo de Portugal cria o Programa All for All. A partir de 2017, Portugal implementou diversas iniciativas de forma a promover o turismo acessível como, por exemplo, a Estratégia de Turismo 2027. Em 2020, foi criada a Estrutura de Missão para a Promoção da Acessibilidade e a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, com o objetivo de fomentar a inclusão social e a acessibilidade em todas as áreas da sociedade, incluindo o turismo. Além disso, em 2021 foi lançado o Programa Acessibilidades 360º, como parte do Plano de Recuperação e Resiliência do país, que visa promover a acessibilidade e a mobilidade sustentável em todo o território português.

Em Portugal, ao longo das últimas décadas, ocorreram evoluções sociais e legislativas no sentido de integrar as pessoas com incapacidade na sociedade. A consciência de que a acessibilidade é um mercado a explorar começa a ganhar peso e forma (Turismo de Portugal, 2016).

1.3. Acessibilidades e Desenho Universal

A partir da Conferência de Manila em 1980, o conceito de acessibilidade começou a desenvolver-se e a relacionar-se com o turismo, sublinhando a importância de que todas as pessoas têm o direito a usufruir de atividades de lazer e turísticas, sendo hoje um direito reconhecido a nível internacional, o que contribui para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos (UNWTO, 1980).

Na 20ª Assembleia Geral, realizada em 2013, a OMT determinou que era essencial existir um documento universal com sugestões acerca deste tipo de turismo. Assim sendo, surgiu “Turismo Acessível para Todos - Recomendações da OMT”. Esta assembleia contou com algumas palavras introdutórias do Secretário-Geral da OMT, as quais se assemelham a uma pequena análise sobre este tema:

“A acessibilidade é um elemento central de qualquer política de turismo responsável e sustentável. Constitui simultaneamente um imperativo dos direitos humanos e uma oportunidade de negócio excepcional. Acima de tudo, temos de começar a compreender que

o turismo acessível não beneficia apenas as pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, beneficia-nos a todos” (Taleb Rifai, 2013).

A acessibilidade é alcançada pela eliminação de barreiras e tem como consequência a inclusão e interação de pessoas na sociedade com igualdade de oportunidade (Pereira, 2015). Os vários agentes do turismo começam a olhar para esta questão no âmbito do reforço da competitividade dos destinos e dos locais, numa perspetiva de Turismo para Todos. Refletindo-se, num aumento da procura de ambientes acessíveis, desde as infraestruturas aos serviços, aumentando o valor de mercado (Sousa & Mangas, 2020).

As questões sobre acessibilidade têm vindo a interessar a diversos países e organizações. A nível nacional houve avanços significativos, traduzidos em vários diplomas. Em 1976, o artigo 71º da Constituição da República Portuguesa refere que os cidadãos física ou mentalmente deficientes usufruem plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

Dada a natureza transversal da atividade turística, a promoção do Turismo Acessível só pode ser alcançada por meio da colaboração entre as diversas partes interessadas, no sentido de permitir a oferta de produtos, serviços e ambientes baseados no conceito do Desenho Universal, de forma a eliminar ou mitigar todos os tipos de barreiras física, humanas ou de informação, permitindo às pessoas que apresentam necessidades especiais, assim como aos seus acompanhantes, a prática da atividade turística de forma justa, digna e segura, sempre orientada para a máxima independência (Carvalho, 2015).

O conceito de Desenho Universal é uma evolução do conceito de desenho sem barreiras, adotado inicialmente nos Estados Unidos na década de 90 (Desig for All Foundation, s.d.) e universal, por se destinar a qualquer pessoa e por ser fundamental para tornar possível a realização de ações essenciais praticadas na vida do cotidiano, o que é uma consolidação dos pressupostos dos direitos humanos (Cambiaghi, 2012).

Na Europa, também conhecido como “Design For All”, o Desenho Universal consiste na conceção de produtos, serviços e ambientes confortáveis, sustentáveis e seguros para todos. Este tem como objetivo simplificar a vida de todos, qualquer que seja a idade, morfologia ou capacidades (Desig for All Foundation, s.d.). O Desenho Universal é composto por sete princípios que, quando implementados, garantem que o espaço seja plenamente acessível ao longo da vida conforme mencionado abaixo.

- Tolerância para o erro: o projeto minimiza os riscos e as consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais.
- Flexibilidade na utilização: O design engloba uma ampla variedade de

- Utilização simples e intuitiva: O uso do design é fácil de entender, independentemente da experiência do utilizador, os seus conhecimentos, as suas competências linguísticas ou os seus níveis de concentração.
- Informação perceptível: O design comunica eficazmente a informação necessária ao utilizador, independentemente das condições ambientais ou capacidades sensoriais do utilizador.
- Baixo esforço físico: O design pode ser utilizado de forma eficiente e confortável e com um mínimo de fadiga.
- Uso equitativo: O design é útil e comercializável para pessoas com diferentes capacidades.
- Tamanho e espaço para aproximação e uso: Tamanho apropriado e espaço são fornecidos para a aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente da morfologia do corpo do utilizador, postura ou mobilidade (Turismo de Portugal, 2012).

Com a aplicação dos princípios do Desenho Universal, o retorno do investimento será maior, pois funcionará para todos os potenciais utilizadores, sem exceção. O produto, o serviço e ou o espaço pode ser igualmente atrativo (Desig for All Foundation, s.d.).

Portanto, este conceito procura garantir um conjunto de infraestruturas e serviços que, tornem capazes de receber todos os indivíduos independentemente da sua condição física. Deste modo, implica disponibilizar recursos e estratégias de forma a dar resposta a este público, que exigirá uma atenção particular em aspetos específicos de alojamento, restauração, transportes, espaços públicos, equipamentos e procedimentos operacionais. Esta vantagem competitiva que o Desenho Universal oferece ao setor do turismo, e às unidades hoteleiras, está bem presente no contexto português, onde se tem verificado uma evolução nos últimos anos (Sousa & Mangas, 2020).

1.4. Direitos das Pessoas com Deficiência

Cada vez mais, pode observar-se uma procura constante pela prática de atividades e exercícios físicos na sociedade, e a necessidade de adaptação e conhecimento do público que é denominado “grupos especiais”, dentre estes temos as pessoas com deficiência que têm procurado a melhoria da qualidade de vida, visando estimular as suas potencialidades e possibilidades, em prol de seu bem-estar físico e psicológico por meio de exercícios, atividades e desportos (Souza & Lunelli, 2022).

A Convenção da ONU, de agosto de 2013 sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece a

deficiência como uma questão de direitos humanos, identificando-a como uma construção social, em vez de uma qualidade intrínseca do indivíduo. É, pois, colocada a ênfase na urgência de implementar medidas com vista à eliminação das barreiras sociais (Turismo de Portugal, 2013).

A incapacidade resulta da interação entre pessoas com necessidades especiais e as barreiras ambientais e de atitude que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de direitos com os outros. Compreender a deficiência como uma interação significa que a deficiência é um conceito social, não um atributo da pessoa. O termo "pessoa com deficiência" significa qualquer pessoa cuja participação plena e efetiva, em pé de igualdade com os outros, em viagens, alojamento e outros serviços turísticos é dificultada pelas barreiras existentes no espaço físico que se encontram e pelas barreiras da mentalidade. Estes indivíduos apresentam deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, de longo prazo. Outros que podem ser incluídos neste grupo devido a problemas no acesso a produtos e serviços turísticos, são pessoas com incapacidades temporárias, ou pessoas com estatura muito grande ou muito pequena (Turismo de Portugal, 2013).

No ano de 2009, foram publicadas em Diário da República as resoluções da Assembleia da República nº56 e nº57, de 30 de julho, que aprovam a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 2006 e o respetivo protocolo opcional.

O Estado Português reconhece a importância da prática desportiva para os cidadãos com deficiência, como menciona no artigo 29º da Lei nº5/2007, de 16 de janeiro. Este artigo refere que a atividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência são promovidas e fomentadas pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas, adaptada às respetivas especificidades, tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos.

1.5. Tipologias de Deficiência e as suas Características

A acessibilidade é algo que é necessário a todos os cidadãos, uma vez que quanto mais acessível for o espaço, o equipamento, o produto ou o serviço, maior é a probabilidade de ser utilizado por Todos. Para prestar um serviço que vá ao encontro das expectativas deste público é necessário conhecer o seu perfil e as suas características (Turismo de Portugal, 2014).

Apesar da relevância da atividade turística, e de todos os avanços que ocorreram nos últimos anos para eliminar barreiras e para permitir que todos, independentemente das suas características e capacidades funcionais, tenham a possibilidade de obter experiências turísticas memoráveis, as pessoas com incapacidades continuam a ser um dos grupos mais excluídos da sociedade portuguesa, o que tem contribuído para a sua baixa participação pública (Pinto & Pinto, 2020). Esta baixa

participação, incluindo nas atividades turísticas (Alves et al., 2020), resulta de inúmeros constrangimentos, os quais decorrem da interseção entre funções corporais dos indivíduos (mobilidade, visão, audição e cognitiva) e as características dos ambientes físicos e sociais onde estão inseridos (Eisenberg & Maisel, 2021).

Existem diferentes tipos de deficiência: a deficiência motora (como por exemplo, a perda ou enfraquecimento dos membros, ou uma mobilidade limitada); a deficiência sensorial (cegueira ou visão deficiente, surdez ou deficiência auditiva) e a deficiência na fala e a deficiência intelectual (pode-se considerar a pessoa de “aprendizagem lenta” ou com dificuldades na aprendizagem) (Turismo de Portugal, 2014).

Estas deficiências também podem ser caracterizadas como temporárias ou permanentes, progressivas, regressivas ou estáveis, intermitentes ou contínuas, mas não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. Na tabela 1 observa-se os diversos tipos de deficiência e as suas características.

Tabela 1 - Tipos de Deficiência e as suas Características

Deficiência	Características
Motora	“Resulta de uma disfunção física ou motora, congénita ou adquirida por doença ou acidente, temporária ou permanente, dependendo da respetiva causa e poderá assumir uma maior ou menor gravidade. Este tipo de incapacidade pode decorrer de lesões neurológicas, neuromusculares ou ortopédicas. Segundo a OMS, as deficiências músculo-esqueléticas incluem as alterações e défices mecânicos e funcionais da face, da cabeça, do pescoço, do tronco e dos membros” (Turismo de Portugal, 2014).
Visual	“É a perda ou redução da capacidade visual, com carácter definitivo, não sendo suscetível de ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e ou tratamento clínico ou cirúrgico. As limitações do campo visual abrangem não apenas a cegueira total, mas igualmente a visão parcial. Apenas uma percentagem é totalmente cega. Destas pessoas cegas, há que ter em conta que algumas terão tido memória visual e conseqüentemente têm padrões de referência distintos de uma pessoa cega que jamais viu. Este aspeto é relevante para efeitos de áudio descrição e explicações verbais” (Turismo de Portugal, 2014).

Auditiva	“A deficiência auditiva pode ocorrer em qualquer idade e pode estar relacionada com fatores de natureza hereditária ou congénita, que se manifestam aquando do nascimento ou decorrentes de doenças ou acidentes. A consequência mais grave é a dificuldade na comunicação relacionada com o desenvolvimento da fala. Em alguns casos podem aprender a leitura labial, o que lhes permite compreender a língua falada através da leitura de movimentos dos lábios do seu interlocutor. Dependendo do grau de incapacidade, podem usar próteses auditivas ou outro tipo de produtos de apoio juntamente com o auxílio de sinais luminosos” (Turismo de Portugal, 2014).
Intelectual	“Esta deficiência caracteriza os problemas que ocorrem no cérebro e levam a dificuldades de aprendizagem, de pensar abstratamente, de adaptação a novas situações, nas quais o conjunto de processos como memória, categorização, aprendizagem e solução de problemas, capacidade linguística ou de verbalização se encontram afetados” (Turismo de Portugal, 2014).

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal (2014).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2020), cerca de 15% da população mundial tem uma incapacidade (OMS, 2020). O desenvolvimento científico e tecnológico, que promove a autonomia e a independência, tem contribuído para o aumento do número de pessoas que, tendo alguma incapacidade, não deixam, por isso, de viajar, sendo as suas decisões de viagem fortemente influenciadas pelas condições de acessibilidade oferecidas pelos destinos turísticos. Apesar destes factos, pouco se sabe sobre o consumidor com incapacidade no âmbito das suas atividades turísticas (Devile, 2014).

1.6. Visão Sistémica do Turismo

O conceito de Destino Turístico, de uma forma geral, pode ser apresentado através de diferentes definições e perspetivas.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (2007), define-se como destino turístico um local ou espaço físico no qual um turista pernoita pelo menos uma noite. Inclui produtos turísticos, como serviços de apoio, além de atrações e recursos turísticos. Apresenta algumas condicionantes físicas e administrativas que definem a sua gestão, imagem e perceção que determinam a sua competitividade no mercado. Os destinos locais incorporam várias partes interessadas, na grande maioria incluindo a comunidade local, de forma a trabalharem em conjunto com o objetivo de formar

destinos maiores. Podem ser entendidos em qualquer escala, desde um país inteiro, uma região, uma ilha, uma vila, cidade ou atração (OMT, 2007).

Na opinião de Cunha (2007), os destinos turísticos são as localidades que dispõem de atrações possíveis à deslocação das pessoas e que, para satisfazer as suas necessidades, implicam a intervenção humana (Cunha, 2007). De acordo com Lohmann e Netto (2012), os destinos turísticos devem apresentar uma ampla diversidade turística de forma a corresponder ao novo perfil do turista. Ainda são poucos os destinos turísticos, que atendem às exigências e peculiaridades do turista acessível. Regra geral, os turistas escolhem destinos turísticos com ofertas e qualidade diferenciadas atentos às suas necessidades, bem como a sustentabilidade e aspetos relativos à responsabilidade social (Lohmann & Netto, 2012).

O turismo é uma atividade que promove o desenvolvimento dos destinos e cria uma série de oportunidades para gerar benefícios a nível económico, social, cultural e ambiental. O planeamento turístico tornou-se importante para o desenvolvimento sustentável dos destinos. No entanto, se não for planeado adequadamente, esse desenvolvimento descontrolado, pode trazer algumas consequências negativas.

Para Cunha (2007), a oferta turística é o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes, mesmo que tenham sido produzidos com o fim de satisfazer a procura dos residentes, devendo ser excluídos todos os que forem adquiridos por estes (Cunha, 2007). O autor defende ainda que, a oferta turística apresenta características distintas que lhe são peculiares, nomeadamente: os bens produzidos não podem ser armazenados; o consumo turístico é condicionado pela presença do cliente; a produção e o consumo ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local; a oferta turística é imóvel; o produto turístico é composto e intangibilidade.

Neste contexto, Devile (2009) refere que o desenvolvimento do turismo acessível para todos deve ser um processo sistémico, ou seja, é essencial desenvolver uma cultura de acessibilidade que diferencie um destino turístico, através da interação de todos os stakeholders e agentes locais, organizados em rede e a colaborar com objetivos específicos. A acessibilidade no turismo deve, assim, abranger um conjunto alargado de serviços, desde a fase de preparação da viagem, à etapa da deslocação ao destino e equipamentos turísticos no destino, bem como outros serviços que compõem a cadeia de valor do turística (Devile, 2009).

São poucos os destinos que vão ao encontro das exigências e peculiaridades do turista com necessidades específicas de acessibilidade (Santana & Lima, 2018). Uma das principais barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência quando viajam está relacionada com a informação e a comunicação. A acessibilidade online pode ser definida como a capacidade de as pessoas com deficiência de perceber, navegar e interagir com a internet (Casais & Castro, 2020).

Relacionado à viagem, Devile (2009) compreende que o turismo acessível é para todos e que, por isso, todos devem poder usufruir da oferta turística. Nesse sentido, as infraestruturas utilizadas pelos turistas devem ser livres de quaisquer barreiras arquitetónicas. Medidas como a facilitação de acesso a um local de passagem, a melhoria da sinalização e a utilização de equipamentos portáteis podem fazer toda a diferença para pessoas com algum tipo de incapacidade (Devile, 2009). Além da conceção de um destino acessível que proporcione uma experiência turística adaptada aos turistas com deficiências (Darcy et al., 2020), é crucial comunicar eficientemente essa oferta (Buhalis & Michopoulou, 2011).

Os turistas com incapacidade geralmente planeiam as suas viagens em detalhe devido às suas restrições pessoais, e ao risco associado à viagem, sendo a informação sobre a acessibilidade a diferentes níveis muito importante (Lam et al., 2020, Kolodziejczak, 2019, Michopoulou & Buhalis, 2013). Um dos principais elementos da viagem para pessoas com deficiências é a acessibilidade que envolve: o tipo de deficiência, informações turísticas, desenvolvimento turístico e a localização conveniente.

1.7. Síntese

Em Portugal, o turismo acessível tem vindo a ganhar cada vez mais atenção e evoluído de forma gradual ao longo dos anos, permitindo que cada vez mais pessoas com necessidades especiais tenham mais oportunidades e igualdade de acesso às atividades turísticas e desportivas.

Muitos esforços têm sido feitos para melhorar a acessibilidade das infraestruturas em Portugal, com base no Desenho Universal, que incluiu a adaptação de hotéis, restaurantes, aeroportos, pavilhões desportivos, espaço público e outras atrações de forma a diminuir as barreiras que enfrentam as pessoas com incapacidade.

Existem leis e normas que protegem os direitos das pessoas com deficiência em todas as áreas, incluindo o desporto. O objetivo é garantir que todos tenham a oportunidade de desfrutar do turismo e do desporto em igualdade de condições. Atrair este público específico a um destino turístico deve ser cuidadosamente planeado de modo a distinguir-se dos outros concorrentes pela sua oferta turística (Smith et al., 2013).

Este capítulo faz uma abordagem inicial ao tema turismo acessível, sabendo que existe uma forte relação entre este tema e o turismo desportivo apresentado no próximo capítulo. Esta relação pode ser complexa e variar dependendo das circunstâncias e de contextos específicos. O turismo acessível centra-se em tornar os destinos e as atividades turísticas acessíveis a todas as pessoas, independentemente das suas incapacidades. Nesse sentido, o turismo desportivo pode incluir atividades adaptadas e acessíveis

Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade
a essas pessoas, permitindo-lhe participar em experiências desportivas e de lazer.

Capítulo 2 – Turismo Desportivo

2.1. Nota Introdutória

A fusão entre o turismo e desporto dá origem ao segmento de turismo desportivo, que contempla o maior e mais rápido crescimento no que concerne ao especial interesse dentro do turismo (Pigeassou, 2004; Jiménez-García et al., 2020; Nicolau, 2021).

Este capítulo tem como objetivo, analisar os principais conceitos associados ao segmento do turismo desportivo, a sua relação com o desporto e a interligação e desenvolvimento com o turismo acessível.

O capítulo inicia com uma análise ao conceito de turismo desportivo e às suas tipologias. De seguida analisa-se o desporto adaptado no geral e o desporto adaptado em Portugal, com vista a obter uma melhor compreensão das características necessárias para ajustar a oferta turística, de forma que esta se possa adequar às necessidades do visitante.

2.2. Conceito e Tipos de Turismo Desportivo

A definição estabelecida pela Comissão Europeia (2008) diz-nos que o Desporto são todas as formas de atividade física que através da participação ocasional ou organizada, visam exprimir ou melhorar a condição física e o bem-estar mental, constituindo relações sociais ou obtendo resultados nas competições a todos os níveis (Comissão Europeia, 2008).

Os especialistas em desporto, anunciam o desporto como uma necessidade básica e importante das nossas vidas e com tendência a tomar cada vez mais relevância (Matušíková, 2020), sendo consensual a importância de mostrar às pessoas que a prática desportiva traz benefícios à sua rotina diária e à sua saúde física e mental. Para alguns é uma parte importante do seu dia-a-dia, para outros é uma forma de entretenimento e lazer, um hobby ou uma diversão pontual.

No que diz respeito ao Turismo, ressalta-se, como sabemos, o facto de que ele representa a deslocação de pessoas no tempo para longe do seu ambiente habitual, com a finalidade de viagem. O turismo e o desporto coincidem nas dimensões de lazer e recreação, abraçando oportunidades conjuntas, como por exemplo a criação de eventos desportivos (Silva, 2013).

Assim o turismo desportivo surge na sobreposição do fenómeno Turístico e do fenómeno Desportivo, conforme presente na figura 1.

Figura 1 - Sobreposição entre Turismo e Desporto



Fonte: Adaptado de Carvalho & Lourenço (2009)

O turismo desportivo é um fenómeno social que, na sua multiplicidade, afeta as pessoas, a natureza e a cultura de uma sociedade (Felix, 2015; Ratkowski & Ratkowska, 2018). O turismo desportivo pode influenciar positivamente a imagem de um destino turístico. Pode, além disso, captar visitantes ou turistas, incentivar a economia e enriquecer a vida cultural e social de muitas regiões (Félix et al., 2017).

A indústria do turismo desportivo tornou-se global e conta com um rápido crescimento, sendo que os eventos desportivos servem de principal impulsionador do desenvolvimento turístico nas comunidades recetoras (Morgan et al., 2021).

De facto, o turismo desportivo pode contribuir para a captação de visitantes, para o desenvolvimento de muitas regiões e, ainda, é visto como um tipo de turismo que pode contribuir para a projeção de um destino turístico (Félix et al., 2017).

O Turismo Desportivo, tal como conhecemos hoje, teve origem em meados do século XX, estando principalmente relacionado com o “surgimento dos desportos de Inverno nos Alpes, na Europa”. No entanto, o termo “turismo desportivo” surge apenas no ano de 1970 em França (Pigeassou et al., 2003).

Hinch e Higham (2004) realçam que o desenvolvimento do turismo desportivo tem aumentado devido, especialmente, a cinco tendências contemporâneas: uma expansão demográfica do perfil dos participantes em diversas atividades desportivas; a intensificação do interesse das populações ocidentais em questões de saúde e bem-estar; o aumento da procura por parte dos turistas na participação em atividades de recreação durante o seu período de férias; o crescente interesse no papel do desporto e dos eventos desportivos na renovação urbana e, ainda, nas oportunidades que os

Segundo Pigeassou (2004), o Turismo Desportivo constitui uma experiência humana que se centra num conjunto de serviços necessários à realização de viagens temporárias não profissionais para determinados destinos de forma a vivenciar a cultura desportiva. Este tipo de turismo é visto como atividade económica e social que liga o desporto e o turismo. É também um segmento de mercado turístico que se caracteriza por grande diversidade de oferta, constituído por serviços diversificados.

Qualquer individuo só é considerado turista desportivo se viajar para fora do seu ambiente habitual e permanecer pelo menos uma noite no local visitado, a viagem não pode ser permanente, ou seja, não pode durar mais do que dozes meses, não tendo como principal objetivo envolver-se numa atividade remunerada. O viajante está envolvido em atividades desportivas como participante ou espetador durante a viagem ou estadia (Carvalho & Lourenço, 2009).

Além das atividades desportivas praticadas pelos turistas, o Turismo Desportivo pode ter vários objetivos. Pode ser considerado entretenimento, melhoria da condição física, contacto com a natureza ou aventura, como eventos desportivos, espetáculos desportivos ou até mesmo férias normais sem eventos, mas com infraestruturas desportivas disponíveis para a prática informal (Pereira, 2003).

As atividades desportivas que estejam relacionadas com as atividades turísticas serão a base do turismo desportivo, pelo que é necessário compreender a motivação desses turistas. A segmentação de mercado é necessária, pois um dos atuais fatores de crescimento do turismo é o turismo de nicho. De acordo com as estatísticas, este nicho de mercado tem vindo a crescer e a desenvolver-se nos últimos anos (Darcy & Buhalis, 2011; Qiao et al., 2021). Posto isto, é importante definir segmentos de mercado para atender às necessidades do turista desportivo. Uma segmentação bem desenhada é essencial para uma melhor utilização dos recursos e promoção de uma boa estratégia de marketing para qualquer destino (Hall, 2000).

De acordo com Lourenço e Carvalho (2009), a participação do turista em atividades ou ambientes desportivos pode ser dividida em três formas diferentes: turismo desportivo; turismo de espetáculo desportivo e outros contextos desportivo-turísticos. É importante fazer-se a distinção entre eles, pois cada tipo tem as suas próprias características.

O Turismo Desportivo pode ser definido como uma série de atividades desportivas nas quais os turistas participam como praticantes. Pode ser considerado um turista desportista, qualquer pessoa que exerça esta participação em desportos, que pode ser definido como um turista que pratica qualquer atividade física durante uma viagem, independentemente da principal motivação da viagem. Uma análise mais detalhada mostra que este tipo de turismo apenas representa uma

pequena percentagem do número total de turistas que praticam desportos. Muitos destinos têm vindo a investir em infraestruturas desportivas com vista à captação de turistas, beneficiando também a população local, ao nível das áreas da saúde pública, coesão social e crescimento económico (Lourenço & Carvalho, 2009; Pricewaterhouse Coopers, 2021).

No que diz respeito ao Turismo de Espetáculo Desportivo, este é definido por uma série de atividades desportivas usufruídas pelos turistas como espetadores considerando-se a pessoa com este tipo de participação no turismo desportivo como sendo o turista espetador desportivo. Assim, este pode ser definido como um turista que assiste a qualquer espetáculo ou evento desportivo durante a viagem, independentemente da sua principal motivação da viagem. Associado ao Turismo de Espetáculo Desportivo, as viagens e as estadias das equipas e eventual público, são apresentadas como contribuintes para a economia e para os indicadores e o dinamismo turístico de determinado destino (Lourenço & Carvalho, 2009; Pricewaterhouse Coopers, 2021).

Por outro lado, segundo Hinch e Higham (2004), os turistas que participam em atividades desportivas ou que estão envolvidos em atividades turístico-desportivas no seu destino turístico, fazem-no com diferentes níveis de empenho e competitividade.

Segundo Lourenço e Carvalho (2009), nas últimas décadas o espetáculo desportivo cresceu exponencialmente, conforme mencionado anteriormente, em grande parte devido ao desenvolvimento mediatizado de competições a nível mundial, consequência do desenvolvimento dos meios de transporte e meios de comunicação em grande escala que ocorreu a partir do século XX.

O turismo de cultura é associado à história e à curiosidade intelectual. Já o turismo desportivo de envolvimento refere-se a viagens turísticas associadas à administração desportivas ou aos treinos (Silva, 2012). Em muitos países e regiões as entidades responsáveis pelo turismo procuram cada vez mais promover atividades desportivas associadas à natureza ou em espaços de lazer. De acordo com Felix et al. (2017), o turismo desportivo pode contribuir para a captação de visitantes e, ainda, para o desenvolvimento de muitas regiões sendo um tipo de turismo que pode ter um impacto significativo na projeção de um determinado destino turístico.

Cada tipo de turismo desportivo tem um impacto económico diferente, pelo que a análise se torna particularmente importante na definição das políticas municipais e das diferentes entidades no sentido de promoção de eventos e de atividades com vista a fortalecer a promoção dos seus territórios (Lourenço & Carvalho, 2009).

O desporto adaptado refere-se a qualquer desporto ajustado ou criado para refletir as necessidades de pessoas com incapacidades (Winnick & Porretta, 2016). O acesso à atividade física e ao desporto para pessoas com deficiência permite promover as suas habilidades funcionais, sendo um importante fator para a melhoria e/ou manutenção dos níveis ótimos de saúde (Wilson & Clayton, 2010).

O desporto adaptado tem vindo a ocupar o seu lugar, nas práticas culturais e desportivas da sociedade. Com efeito, o desporto, independentemente do seu âmbito ou contexto de prática, permite aos indivíduos, particularmente aqueles mais marginalizados, experienciar diversas formas de relacionamento e interação social, de igualdade e pertença (Celestino & Pereira, 2018). Neste sentido, relativamente ao desporto para pessoas com incapacidades, denominado de desporto adaptado, é uma modalidade desportiva criada ou modificada, com o objetivo de ir ao encontro das necessidades das pessoas com alguma problemática (Winnick, 2017).

O desporto como conhecemos hoje, teve a sua origem nos primórdios da humanidade, na história da atividade física e do movimento humano. O processo de seleção natural baseava-se na força e na resistência física, necessárias às atividades básicas de sobrevivência, como a caça, a pesca, a defesa contra predadores ou o território, determinando assim a lei do mais forte (Saraiva et al., 2013).

Apenas no século XX, devido ao elevado número de veteranos de guerra com deficiências adquiridas em combate nas grandes guerras mundiais, e a necessidade de os reabilitar, associações ocidentais viram-se forçadas a rever as suas atitudes e conceções face à deficiência (Saraiva et al., 2013). De facto, após a II Guerra Mundial, os métodos tradicionais de reabilitação não conseguiram atender às necessidades médicas e psicológicas de um elevado número de soldados e civis com algumas limitações. No ano de 1944, a pedido do governo britânico, o Dr. Ludwig Guttmann fundou o National Spinal Injuries Center no Hospital Stoke Mandeville, na Grã-Bretanha onde introduziu o desporto como forma de recreação e ajuda no tratamento e reabilitação (Barrozo et al., 2012).

A prática desportiva passa então a ser vista e aceite como a melhor forma de intervenção, tendo como objetivo promover a sua reintegração na sociedade (Bento, 1991). Este período foi o marco na constituição de organizações internacionais dedicadas à organização de competições desportivas para pessoas com incapacidades, contribuindo para o surgimento e a consolidação do conceito de Desporto Adaptado (Saraiva et al., 2013).

O desporto adaptado tem, assim, na sua génese objetivos puramente terapêuticos, recreativos e de empoderamento (Celestino & Pereira, 2018). Porém, atualmente apresenta características próprias do alto rendimento (Marques et al., 2015).

Em 1960, os Jogos Internacionais Stoke Mandeville foram realizados pela primeira vez no mesmo país e cidade dos Jogos Olímpicos de Roma, Itália. Entraram para a história como os "Primeiros Jogos Paralímpicos", atraindo 400 atletas de 23 países (Costa & Sousa, 2004). Os primeiros Jogos Paralímpicos de Inverno ocorreram na Suécia, no ano de 1976. A palavra Paralímpico era originalmente um trocadilho que combinava “paraplégico” e “olímpico” (International Paralympic Committee, 2012). Os Jogos Paralímpicos têm vindo a revelar-se um evento de notoriedade para o desporto adaptado na sociedade global (Marques et al., 2015), com consequência do reconhecimento das capacidades e potencialidades que os indivíduos com deficiência evidenciam na sua realização pessoal e particularmente desportiva (Celestino & Pereira, 2016), como é o caso da excelência desportiva (Celestino & Pereira, 2018).

Nas últimas décadas foi possível identificar um crescimento da comercialização e financiamento do desporto adaptado e paralímpico, quer por parte de órgãos públicos, tanto quanto privados, o que constitui uma possibilidade de crescimento e reconhecimento social para pessoas com deficiência envolvidas na prática desportiva (Marques & Gutierrez, 2014).

2.4. Desporto Adaptado em Portugal

A possibilidade de praticar desporto adaptado é agora visto como uma oportunidade de testar os próprios limites e as suas potencialidades e promover a integração social do indivíduo. O desporto tem o mérito de dar força às capacidades dos indivíduos, e não às suas dificuldades, pois ninguém pratica uma atividade desportiva e recreativa sem a oportunidade de demonstrar as suas capacidades (Blauwet & Willick, 2012).

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 79º, o direito à cultura física e ao desporto para todos, aspeto reforçado pelo Artigo 1º da Lei nº30/2004, de 21 de julho - Lei de Bases do Desporto, que assume o desporto como um fator indispensável ao desenvolvimento da pessoa e no desenvolvimento da sociedade, não deixando de se ocupar especialmente da prática desportiva do cidadão portador de deficiência, como é visível nas determinações constantes nos artigos 5., 26.,32., e 70.

Em Portugal, o desporto para pessoas com deficiência não se desenvolveu ao mesmo ritmo que o contexto internacional. Esta etapa é marcada principalmente pela mudança de mentalidade, não só em Portugal, mas também na União Europeia, onde se deu início ao conceito de «Desporto para Todos» (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2021). Assim, como o desporto internacional teve a sua origem em contextos hospitalares vocacionados para a reabilitação dos combatentes da II Guerra Mundial.

A Guerra Colonial, em Portugal originou um grande número de pessoas com incapacidades, que ocupavam os seus tempos livres no Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão (Yazicioglu et al., 2012). No ano de 1997, o atual Instituto Português do Desporto e Juventude, ao verificar o aumento do número de pessoas com algumas limitações, sentiu a necessidade de criar um setor específico para estas pessoas (Saraiva et al., 2013).

Em resposta a esta necessidade, em 1979 é formada uma comissão de trabalho com vista à elaboração dos estatutos da Federação Portuguesa do Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), que viria ser oficialmente fundada apenas 9 anos mais tarde, no ano de 1988.

Esta é uma federação multidesportiva, que para além da organização de competições desportivas a nível nacional, tem também a seu cargo a coordenação, preparação e participação de atletas paralímpicos em eventos internacionais, contribuindo a nível nacional para o desenvolvimento da prática de diversas modalidades desportivas no âmbito do desporto para pessoas com deficiência (FPDD, s.d.). A Figura 2 representa o organigrama do desporto para pessoas com deficiência, em Portugal.

Figura 2 - Organigrama do Desporto para Pessoas com Deficiência, em Portugal



Fonte: Plano Nacional de Formação de Treinadores, 2016.

As entidades promotoras da prática desportiva em Portugal são: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ); Comité Paralímpico de Portugal (CPP); Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) e a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU).

No âmbito do presente trabalho de investigação, é importante demonstrar o estado atual do desporto adaptado praticado por pessoas com deficiência, em Portugal, nomeadamente as modalidades, o número de atletas federados, o número de clubes em atividade e o número de treinadores/técnicos.

Na Tabela 2, apresentam-se alguns dados relativos aos indicadores desportivos que permitem identificar, a situação desportiva do desporto para pessoas com deficiência em Portugal, nos últimos 4 anos.

Tabela 2 - Indicadores Desportivos mais relevantes de Desporto Adaptado

Elementos Desportivos	2019	2020	2021	2022
Nº de Atletas	1368	1217	2206	2714
Nº de Clubes em Atividades	155	98	169	192
Nº de Treinadores/ Técnicos	154	122	115	160

Fonte: Adaptado FPDD s.d.

Os dados relativos a 2022 dizem respeito à época desportiva de 2021/2022 (1 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022). Tendo em consideração os dados da época desportiva de 2021/2022, estão filiados 2714 atletas em representação de 192 clubes, registados na FPDD, que participam nas competições desportivas e têm seguro desportivo de acordo com a legislação em vigor (FPDD, 2023).

Ao nível das modalidades, a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), atualmente é responsável pela regulamentação e organização de 32: Atletismo, Canoagem, Futebol 5, Futebol 7, Futebol 11, Futsal, Ginástica, Judo, Ciclismo, Lutas Amadoras, Natação; Ténis de mesa, Ténis em cadeira de rodas, Voleibol, Orientação, Polybat, Taekwondo, Tiro, Surf, Tiro com Arco, Tiro, Vela, Remo, Slalom, Andebol em cadeira de rodas, Esgrima em cadeira de rodas, Boccia, Voleibol, Equitação, Halterofilismo, Rugby em cadeira de rodas, Goalboll, Torboll e Tricicleta (FPDD, s.d.).

No ano de 2022, foram propostos 289 atletas, de ambos os géneros, distribuídos por 20 seleções nacionais de modalidade, por área de deficiência para o regime de alto rendimento. Na Tabela 3, apresentam-se o número de atletas por modalidade desportiva adaptada, candidatos ao regime de alto rendimento.

Tabela 3 - Atletas de Seleções Nacionais de Desporto Adaptado, por Modalidade

Modalidade	Número de Atletas
Andebol	40
Basquetebol	33
Boccia	46
Futebol Masc.	12

Ciclismo	4
Futsal	71
Goalball Masc./Fem./Junior	25
Judo	16
Remo Indoor	7
ParaHóquei	15
Para Powelifting	1
Ténis de Mesa	14
Tricicleta	5
Total	289

Fonte: Adaptado FPDD s.d.

De acordo com a Tabela 3 apresentada anteriormente, verificamos que o maior número de atletas candidatos ao regime de alto rendimento, representam as modalidades de Futsal, Boccia, Andebol e Basquetebol.

2.5. Síntese

O turismo desportivo refere-se às viagens que têm o desporto como principal motivo ou componente. Estas podem envolver a participação ativa em atividades desportivas, como competições, treinos ou eventos, ou a observação e apoio a eventos desportivos.

O desporto adaptado em Portugal é uma realidade crescente e tem vindo a receber cada vez mais atenção e investimento. Existem diversas modalidades adaptadas para pessoas com incapacidade, tais como o atletismo, natação, basquetebol em cadeira de rodas, entre outras.

Algumas das principais entidades responsáveis pela promoção e desenvolvimento do desporto adaptado em Portugal são o Comité Paralímpico Português e a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. Ao longo dos últimos anos, Portugal tem tido um desempenho cada vez mais notável em competições internacionais de desporto adaptado, com destaque para as medalhas conquistadas no Jogos Paralímpicos e Campeonatos Mundiais.

Além disso, existe um crescente número de organizações e iniciativas que promovem a prática do desporto adaptado em Portugal, proporcionando aos atletas com incapacidade a oportunidade de participar em competições e atividades desportivas inclusivas.

A relação entre turismo desportivo e a oferta turística acessível envolve a criação de oportunidades e facilidades para que as pessoas com diferentes necessidades possam participar em atividades

desportivas. Para tornar o turismo desportivo acessível é necessário que a oferta turística seja adaptada e inclusiva, considerando as necessidades das pessoas com incapacidades, abordadas no próximo capítulo.

Capítulo 3 – Oferta Turística Acessível

3.1. Nota Introdutória

A oferta turística é constituída por vários elementos que contribuem para a satisfação das necessidades que estão na sequência das motivações turísticas.

O presente capítulo tem como objetivo enquadrar as noções de oferta turística acessível e a necessidade de existirem serviços e infraestruturas adaptadas, uma vez que estas contribuem de forma vantajosa para o destino, tornando-o mais competitivo e inclusivo.

O capítulo inicia com algumas reflexões em torno da oferta turística, explicando de que forma engloba tudo aquilo que o destino oferece aos visitantes, nomeadamente o transporte, alojamento, infraestruturas, entre outros. Na segunda seção, aborda-se a necessidade da acessibilidade das infraestruturas adaptadas, de modo a poderem responder às necessidades das pessoas com incapacidade e, por fim, as vantagens competitivas que isso representa para os destinos turísticos.

3.2. Oferta Turística

A oferta turística é definida como o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes bem como todos aqueles que foram criados como fim de satisfazer as suas necessidades e postos a sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação (Cunha, 2007).

As mais valias turísticas de qualquer destino só podem ser desenvolvidas mediante a existência de infraestruturas, equipamentos e serviços que se complementam e integrem uma oferta turística identificável. De um modo geral a oferta turística “engloba tudo aquilo que o local de destino tem para oferecer aos seus turistas atuais e potenciais, sendo representados por uma gama de atrações, bens e serviços que determinarão a preferência do visitante” (MCT, 1991).

De acordo com a Conta Satélite do Turismo, o setor do Turismo é composto por sete eixos principais de atividades:

- Alojamento;
- Restauração;
- Transportes;
- Serviços de agências de viagens e operacionais turísticos;
- Rent-a-car;
- Serviços culturais;
- Serviços recreativos e de lazer (Costa, 2005).

A lacuna de envolvimento de alguns agentes prestadores de serviços turísticos na oferta de produtos acessíveis pode ser, em parte, justificada pela ausência de conhecimento sobre o potencial económico e as necessidades deste tipo de turismo (Devile, 2014; Eusébio et al., 2022).

3.3. Oferta Turística Acessível

A acessibilidade da oferta turística é um requisito fundamental para que as pessoas com necessidades especiais possam participar em atividades turísticas (Eusébio et al., 2022).

Considerando que um destino turístico integra várias componentes, a qualidade da experiência turística vai depender da qualidade das componentes oferecidas, e para os turistas com necessidades especiais a existência de condições de acessibilidade são essenciais para a deslocação, permanência e visita às atrações turísticas do destino (Coelho, 2014).

O conceito de Desenho Universal ganha cada vez mais destaque nos vários setores da atividade humana, incluindo o do turismo. Isto acontece porque o Desenho Universal é um processo de tal forma completo e adaptado às várias realidades “que aumenta a segurança, funcionalidade, saúde e participação social, através do design e a operação de ambientes, produtos e sistemas em resposta à diversidade de pessoas e habilidades” (OMS, 2011). Se considerarmos os equipamentos hoteleiros, desportivos ou outros, o Desenho Universal permite aumentar a autonomia, o que irá refletir num maior grau de independência e de satisfação dos usuários.

A existência de falta de acessibilidades físicas nos diferentes intervenientes do setor turístico, como por exemplo: transportes, alojamento, atrações, entre outros e a necessidade de remover obstáculos é, assim, uma obrigação presente nas políticas públicas e privadas de todos os países (Devile & Kastenzholz, 2018).

Os baixos níveis de participação das pessoas com necessidades especiais, incluindo em atividades turísticas (Alves et al., 2020), resulta de inúmeros constrangimentos, os quais decorrem da interseção entre funções corporais dos indivíduos (mobilidade, visão, audição e cognitiva) com as características dos ambientes físicos e sociais onde estão inseridos (Eisenberg & Maisel, 2021).

Esta impreparação resulta, grandemente, do desconhecimento que os agentes da oferta turística continuam a ter sobre a relevância do mercado de turismo acessível. Para além disso, os estudos do ponto de vista da oferta turística permanecem escassos (Mesquita & Carneiro, 2016).

Por outro lado, vários estudos têm revelado que um dos principais constrangimentos resulta na falta de conhecimento dos agentes da oferta turística sobre as necessidades específicas das pessoas com incapacidade e sobre a melhor forma de lhes dar resposta (Devile, 2018, Devile & Moura, 2021).

A existência deste tipo de constrangimentos vem demonstrar as dificuldades que a indústria do turismo continua a ter para responder às necessidades deste mercado (Alves et al., 2020). Esta falta de preparação deve-se em grande parte à contínua falta de compreensão entre os agentes da oferta turística sobre a relevância do mercado de turismo acessível. Para além disso, os estudos do ponto de vista da oferta turística permanecem escassos (Mesquita & Carneiro, 2016).

Para procurar colmatar esta dificuldade, o Turismo de Portugal, elencou um conjunto de recomendações para tornar o serviço turístico mais acessível das quais destacamos, por exemplo: comunicar sempre com o paciente e não com a pessoas que o acompanha; adaptar o meio físico de modo a torna-lo acessível, assegurando o acesso ao parque de estacionamento ou garantindo o transporte adaptado; respeitar o ritmo de expressão individual; obrigação de aceitar a presença de cão de assistência; facultar antecipadamente informação sobre a atividade; disponibilidade de um veículo de apoio, bem como um plano de resgate para casos de acidentes, emergências ou outros problemas e ainda, os animadores e técnicos devem contar com um sistema de comunicação (Turismo de Portugal, 2022).

A falta de acessibilidade nos diferentes intervenientes do setor turístico como, por exemplo, alojamento, transportes, atrações, entre outros, e a necessidade de remover obstáculos é visto como uma obrigação presente nas políticas públicas e privadas de todos os países (Devile & Kastenholz, 2018). Em todo o caso, os requisitos são determinados pelas condições da oferta, constituídas pelo número mínimo de componentes para que o visitante as experiencie, das quais se destacam:

Alojamento e Restauração

A acessibilidade no alojamento não está apenas relacionada com o facto do quarto em si ser espaçoso, mas, o modo em que uma cadeira de rodas possa circular livremente. Os quartos tendem a ser pensados sem compreender realmente as necessidades das pessoas que precisam deste tipo de quartos, estando, além disso, situados em áreas do alojamento pouco atraentes e há quem diga que têm mesmo um aspeto hospitalar (Devile, 2003).

Alguns exemplos deste tipo de design são as dimensões do quarto, como referido acima,mas também as áreas das casas de banho, a largura das portas, bem como a disposição de equipamento e mobiliário, nomeadamente, televisões, escrivaninhas e interruptores de luz e ar condicionado, sendo estes colocados em locais desajustados, nem sempre acessíveis a pessoas em cadeira de rodas (Swanepoel et al., 2020).

Também é importante referir o modo como a mobília está exposta, que é tão ou mais importante como o desenho do quarto (Capitaine, 2016). Uma questão que deve ser colocada no que diz respeito à acessibilidade, para se ter a certeza de que o estabelecimento é de facto acessível, tem a ver com

as medidas das portas, se são largas o suficiente e se há o espaço necessário para a cadeira de rodas se movimentar livremente (Capitaine, 2016). Para uma pessoa em cadeira de rodas ou com dificuldade em movimentar-se, apenas um de grau pode ser uma barreira para usufruir de uma experiência relaxante e agradável (Swanepoel et al., 2020).

Relativamente às acessibilidades na restauração, é importante realçar não só a acessibilidade arquitetónica, mas também a comunicação, a instrumentalidade, a atitude e a digitalidade para que qualquer pessoa possa aceder, frequentar e realizar uma refeição de uma forma digna e confortável (Vicente et al., 2021).

Transporte

Um outro importante componente da cadeia de serviços no turismo é o transporte e vários autores indicam que representa um dos grandes obstáculos com que se deparam as pessoas com necessidades especiais quando pretendem viajar, restringindo as escolhas relativamente à forma de deslocação para os destinos turísticos e durante a permanência nos mesmos (Devile, 2007; Carvalho, 2022).

Os transportes podem influenciar o tipo de férias, o comportamento turístico e o tipo de consumo realizado pelos visitantes, tendo uma importância fundamental para as comunidades locais e residentes do destino, o que implica uma atenção especial à gestão, acessibilidade dos transportes aos destinos (Abrantes, 2017; Fyall & Garrod, 2020).

Devile (2007) observa que a questão dos transportes é complexa e essencial para o desenvolvimento de um turismo acessível e que tem de ser analisada numa perspetiva integrada. Aponta ainda para o papel decisivo do Estado nas iniciativas políticas, legislativas e financeiras, que promovam a acessibilidade no setor do transporte.

De acordo com Litman (2003), a acessibilidade pode ser entendida como a capacidade de acesso a bens desejados, serviços, atividades e ao destino, o que cumulativamente pode ser definido como “oportunidades”, mas também o acesso físico permitido pelos transportes aos destinos e às atrações contidas nestes territórios (Abrantes, 2017).

Informação

A falta de acessibilidade nos ambientes físicos é acrescida pela falta de disponibilidade de informação acessível, nomeadamente a informação disponibilizada nos sites dos diversos *stakeholders* do turismo. O acesso à comunicação envolve as pessoas com dificuldades na fala, visão, audição, entre outras (Eusébio et al., 2022).

Devile (2007) observa que as pessoas com necessidades especiais que pretendem visitar um determinado destino, necessitam de informação sobre as condições de acessibilidade e têm de fazer um grande esforço de pesquisa para conseguirem garantir que vão poder usufruir dessa viagem e desse destino.

A acessibilidade na web é definida como o grau com que um website ou aplicação web permite, ao maior número possível de utilizadores, incluindo os que sofrem com algum tipo de incapacidade ou deficiência, o acesso ao seu conteúdo (Akgül & Vatanserver, 2016). Por outro lado, no âmbito do turismo, a web representa um dos canais mais privilegiados para divulgação da informação pelos agentes da oferta turística, que é utilizado pelos visitantes na preparação e durante a própria viagem (Domínguez Vila et al., 2018).

Tal como noutros domínios, também no turismo acessível as aplicações online representam ferramentas importantes para intermediar a informação entre a oferta e a procura turística (Lee & Cranage, 2017), bem como para assegurar a própria acessibilidade na comunicação dessa informação. Muitos hotéis que se consideram acessíveis não o são, dando informações incorretas sobre as suas instalações e os seus serviços ao público (Swanepoel et al., 2020). A divulgação de fotos que não vão ao encontro do que realmente podemos esperar, também são consideradas como informações incorretas (Capitaine, 2016).

Não obstante, sobre esta matéria, apenas uns números muito limitados de estudos publicados analisam esta problemática (Silveiro et al., 2019; Teixeira et al., 2019), concluindo que o nível de acessibilidade online ainda tem de melhorar de forma a facilitar o acesso à informação quando acedidos por pessoas com incapacidades.

Instalações Desportivas

Sendo Portugal um país carenciado em termos de "diferentes tipologias de equipamentos", é importante apostar em espaços que se diferenciem pela flexibilidade de soluções, pela capacidade de utilização variada, pela economia e rentabilização dos seus elementos e, principalmente, que suprimam as necessidades dos cidadãos (Figueira, 2018). No contexto do turismo acessível, a adaptação de edifícios é muito importante, de modo a garantir que a oferta turística em Portugal possa aumentar a sua competitividade neste segmento (Eusébio et al., 2022).

As infraestruturas especializadas e com condições favoráveis para a prática do exercício físico, surge como estratégia de diferenciação da oferta turística a nível nacional. Na presença de Centros Desportivos de Alto Rendimento, associados a sistemas desportivos de qualidade, influência deslocações e estadas, seja pela realização de estágios desportivos, visando a manutenção ou melhoria das suas performances, ou pela vertente da competição inerente à participação em provas

ou eventos desportivos (Carvalho, 2009).

O acesso físico pode ser melhorado através da existência de rampas, elevadores, plataformas elevatórias, portas automáticas com dimensões específicas, espaços sem barreiras, entre outros. O acesso sensorial é sobretudo relevante para as pessoas com deficiências auditivas e visuais, que necessitam de apoio nos diferentes modos de comunicação: língua gestual, informação em braille, macrocarateres, audiodescrição, entre outros (Eusébio et al., 2022).

3.4. Necessidade de Infraestruturas Desportivas Adaptadas

A oferta turística encontra-se também associada à quantidade e qualidade das infraestruturas desportivas existentes, e em especial à tipologia de equipamentos de base. Muitas vezes estas são um elemento que os consumidores têm em consideração na escolha de um serviço.

De acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, as instalações desportivas são definidas como “o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes da construção fixa e permanente, organizados para a prática de atividades desportivas, que incluem a área de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares.”

A utilização destes espaços pelas pessoas com incapacidades impõe um conhecimento sobre as possibilidades e sobre as regras que regulam a sua utilização geral e específica. O Decreto-Lei nº141/2009 de 16 de junho visa conformar os mecanismos procedimentais em matéria de instalação e funcionamento das instalações desportivas. Com o objetivo de melhorar a qualidade e a segurança dos serviços prestados pelos utentes das instalações desportivas.

O artigo nº6 desta mesma lei apresenta as instalações desportivas em quatro tipos:

- Instalações Desportivas de Base Formativa;
- Instalações Desportivas de Base Recreativa;
- Instalações Desportivas Especializadas;
- Instalações Desportivas Orientadas para o Espetáculo Desportivo

De acordo com o artigo 7º deste decreto, as instalações desportivas de base formativa, são instalações concebidas e destinadas para a educação desportiva de base e atividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento e treino desportivo, cujas características funcionais, construtivas e de polivalência são ajustadas aos requisitos decorrentes das regras desportivas que enquadram as modalidades desportivas a que se destinam. Por outro lado, segundo o artigo 6º, as instalações desportivas de base recreativa, são instalações utilizadas para atividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes,

no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo. Consideram-se instalações de base recreativa, designadamente, as seguintes:

- a) Recintos, pátios, minicampos e espaços elementares destinados a iniciação aos jogos desportivos, aos jogos tradicionais e aos exercícios físicos;
- b) Espaços e percursos permanentes, organizados e concebidos para evolução livre, corridas ou exercícios de manutenção, incluindo o uso de patins ou bicicletas de recreio;
- c) Salas e recintos cobertos, com área de prática de dimensões livres, para atividades de manutenção, lazer, jogos recreativos, jogos de mesa e jogos desportivos não codificados;
- d) As piscinas cobertas ou ao ar livre, de configuração e dimensões livres, para usos recreativos, de lazer e de manutenção.

Quanto às instalações desportivas especializadas, de acordo com o artigo 8º do referido decreto, estas referem-se a instalações permanentes concebidas e organizadas para a prática de atividades desportivas monodisciplinares, em resultado da sua específica adaptação para a correspondente modalidade ou pela existência de condições naturais do local, e vocacionadas para a formação e o treino da respetiva disciplina. Constituem-se como instalações desportivas especializadas, designadamente, as seguintes:

- a) Pavilhões e salas de desporto destinados e apetrechados para uma modalidade específica;
- b) Salas apetrechadas exclusivamente para desportos de combate;
- c) Piscinas olímpicas, piscinas para saltos e tanques especiais para atividades subaquáticas;
- d) Pistas de ciclismo em anel fechado e traçado regulamentar;
- e) Instalações de tiro com armas de fogo;
- f) Instalações de tiro com arco;
- g) Pistas e infraestruturas para os desportos motorizados em terra;
- h) Instalações para a prática de desportos equestres;
- i) Pistas de remo e de canoagem e infraestruturas de terra para apoio a desportos náuticos;
- j) Campos de golfe;
- k) Outras instalações desportivas cuja natureza e características se conformem com o disposto no n.º 1.3 — Para efeitos do disposto no presente decreto-lei, consideram-se ainda instalações desportivas especializadas as integradas em infraestruturas destinadas à preparação de desportistas, designadamente em centros de alto rendimento e centros de estágio desportivos.

Por último, as instalações desportivas orientadas para o espetáculo desportivo, de acordo com o artigo 9º são instalações permanentes, concebidas e vocacionadas para acolher a realização de competições desportivas. Consideram-se instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo, designadamente, as seguintes:

- a) Estádios;
- b) Pavilhões multiusos desportivos;
- c) Estádios aquáticos e complexos de piscinas olímpicas;
- d) Hipódromos;
- e) Velódromos;
- f) Autódromos, motódromos, kartódromos e crossódromos;
- g) Estádios náuticos;
- h) Outros recintos que se configurem nos termos dos números 1 e 3 do presente artigo.

Atualmente, existem ainda instalações desportivas que foram construídas antes da entrada em vigor da legislação produzida relativa às acessibilidades, ou seja, o Decreto-Lei nº1/2006 de 8 de agosto. Este decreto-lei refere que as instalações desportivas devem ser adaptadas num espaço de 10 anos, de modo a assegurar o cumprimento das normas para a melhoria da acessibilidade. As instalações desportivas que foram construídas após a entrada em vigor desta legislação, devem ser adaptadas num prazo de 5 anos.

No entanto, para as empresas hoteleiras, o investimento em infraestruturas para atividades desportivas para os hóspedes pode ser muito alto e é um dos custos fixos mais expressivos na gestão hoteleira. O espaço ocupado pela infraestrutura desportiva é geralmente grande o suficiente para que mais quartos possam ser acomodados em hotéis ou ocupados por outras infraestruturas não desportivas que podem gerar mais receita. Portanto, a decisão de investir em tal infraestrutura deve ser baseada na compreensão das necessidades e desejos dos consumidores (Santos & Calisto, 2020). A infraestrutura desportiva é importante para a atividade física porque muitos desportos não podem ser praticados sem instalações adequadas (Hallman et al., 2012).

Cunha (2012) salienta que o número de instalações desportivas existentes num determinado espaço urbano, o seu raio de influência e a acessibilidade permitem identificar, no local ou na comunidade, a presença de uma vocação preferencial em termos desportivos. Este investimento particularmente impacta na qualidade de vida dos cidadãos proporcionando um desenvolvimento sustentável em várias vertentes, ambiental, social, económica e ética. No entanto, o impacto que advém da colocação de diversas infraestruturas ao serviço dos cidadãos manifestam-se de diversas formas, nomeadamente a melhoria da condição física, melhoria da capacidade de rendimento geral, redução do risco de doenças hipocinéticas, controlo/redução do peso corporal, redução do risco de morte prematura, melhora da postura e equilíbrio (Carvalho, 2008).

A competitividade e a sustentabilidade do destino estão diretamente relacionada com a Teoria das Vantagens Competitivas, idealizada por Porter no ano de 1990. Esta teoria ajuda a explicar como é que alguns países ganharam vantagens competitivas em determinados setores. As vantagens comparativas têm perdido peso, uma vez que, cada vez mais, as dotações iniciais de recursos das nações, por si só não constituem um fator decisivo para o desenvolvimento (Smith et al., 2013).

O desenvolvimento turístico de um destino é um processo complexo, contínuo e dinâmico, dependente de fatores externos e internos, que atua em diferentes dimensões e que se desenvolveu ao longo dos tempos tanto em conceitos como em recursos (Silva, 2017).

De acordo com diversos autores, um destino turístico competitivo tem a capacidade de oferecer um produto ou serviço tão eficaz ou mais eficiente quanto os seus concorrentes, gerando lucros para o destino e satisfazendo os turistas. Sendo o “lucro” visto, como uma forma de benefício para a comunidade através da geração de empregos e melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, sempre levando em consideração a sustentabilidade do destino (Dwyer & Kim, 2003).

O turismo desportivo pode, efetivamente, ter um impacto positivo na imagem de um destino turístico. Pode captar visitantes ou turistas, incentivar a economia e enriquecer a vida cultural e social de muitas regiões.

Como já foi referido, a promoção do turismo acessível não envolve apenas as autoridades públicas, mas, também as autoridades privadas, como agências de viagens, empresas de animação turística, empreendimentos turísticos, fornecedores de transportes, gestores de atrações turísticas, etc. a quem cabe compreender que este segmento é, para além de uma responsabilidade coletiva, uma oportunidade de negócio e uma vantagem competitiva para os serviços de turismo que oferecem aos clientes nas regiões onde atuam (Garcia et al., 2014).

O turismo tem um profundo impacto no bem-estar do indivíduo contemporâneo e que apresenta um grande potencial para quebrar barreiras e favorecer a inclusão social (Coelho & Guimarães, 2012). Atualmente, vivemos num mundo em que os consumidores estão cada vez mais informados. É esperado que os destinos turísticos criem um acolhimento mais caloroso, mantendo os atrativos do destino, optando pela eliminação de barreiras físicas. Posto isto, requer alguma inovação e abertura de novas oportunidades de negócio para com produtos, serviços e experiências mais adequadas aos visitantes.

De acordo com Montes e Aragall (2009), o desenvolvimento de um destino acessível assenta em quatro fases evolutivas: na tomada de consciência, em que é despertado o interesse da oferta

turística; na conceção, onde são delimitados objetivos e criados programas de intervenção; no desenvolvimento e fortalecimento, em que se procede à adaptação dos edifícios já existentes e à criação de outros complementares, em conjunto com o fornecimento de serviços especializados; e, por fim, a diferenciação e consolidação, onde está disponível para o visitante um conjunto de serviços de qualidade que permite a diferenciação face a outros destinos (Montes & Aragall, 2009). Para além disso, os vários agentes do turismo, numa perspetiva de Turismo Acessível, passaram a olhar para a questão da acessibilidade no âmbito do reforço da competitividade dos locais e destinos.

Como referido anteriormente, a taxa de deficiência ou de incapacidade entre as pessoas que viajam tem vindo a aumentar nos últimos anos (Turismo de Portugal, 2017). No entanto, é necessário conhecimento acerca do mercado, de forma a criarem planos de ação e políticas que permitam oferecer um maior nível de acessibilidade àqueles que, num determinado momento da sua vida, têm necessidade de condições especiais de acessibilidade. Economicamente, o segmento de mercado de pessoas com necessidades especiais tem vindo a aumentar significativamente. Este facto é justificado com o aumento do nível de deficiência em todo o mundo (Simon Darcy, 2010) refletindo-se, num aumento da procura de ambientes acessíveis, desde as infraestruturas aos serviços, aumentando o valor do turismo acessível.

3.6. Síntese

Existem diversas opções de oferta turística acessível, desde destinos mais acessíveis a atividades adaptadas. É importante o conhecimento das necessidades dos indivíduos de forma a garantir uma experiência agradável, segura e independente a todos os indivíduos.

A necessidade de infraestruturas adaptadas para as pessoas com incapacidade baseia-se na importância de garantir a inclusão e a acessibilidade plena a todos os indivíduos independentemente das suas habilidades. As infraestruturas para as pessoas com incapacidade devem ser projetadas de modo a garantir que possam participar ativamente na sociedade, desfrutar dos direitos e exercer a sua autonomia. Rampas de acesso, elevadores, sinalização em braile, balneários acessíveis, sistema de áudio, piso tátil, são apenas algumas infraestruturas que podem ser implementadas para atender às necessidades das pessoas com incapacidade e que irão facilitar a sua locomoção.

As infraestruturas adaptadas podem ser uma vantagem competitiva significativa para um destino. Uma vez que a infraestrutura adequada desempenha um papel fundamental na atratividade e na competitividade especialmente na indústria do turismo. Esta pode oferecer uma experiência de alta qualidade aos visitantes, atendendo às suas necessidades e expectativas específicas. Ao proporcionar uma experiência agradável, o destino tem maior probabilidade de atrair e reter turistas, o que pode resultar em vantagens competitivas relativamente a outros destinos.

Uma questão também importante para o setor do turismo é a acessibilidade em eventos, pois ao promover e sediar eventos que sejam inclusivos e acessíveis para pessoas com incapacidade, um destino pode obter diversas vantagens competitivas, tanto do ponto de vista económico quanto social. O aumento do turismo acessível pode ser uma dessas vantagens dado que, ao sediar esses eventos, um destino pode atrair turistas que procuram experiências de viagens inclusivas. Por consequência, resulta num aumento do fluxo de turistas e num aumento da economia local.

Capítulo 4 – Acessibilidades em Eventos de Desporto Adaptado

4.1. Nota Introdutória

A acessibilidade em eventos desportivos é essencial para garantir que as pessoas com incapacidade possam participar e desfrutar dessas atividades.

Este capítulo tem como objetivo refletir de que forma os eventos e o turismo se interligam, potenciando a atração de turistas e promovendo a prática desportiva.

O capítulo 4 inicia com a relação entre os eventos e o turismo desportivo, os vários tipos de turismo, a organização destes eventos e ainda a importância do desporto adaptado e os eventos associados.

4.2. Eventos Desportivos

Desde a antiguidade o desporto esteve ligado ao turismo (Ritchie e Adair, 2004), onde as pessoas viajavam para ver e participar em atividades desportivas (Hudson, 2003). Viajar com o intuito desportivo, tanto em família, em equipas ou mesmo de forma individual, demonstra a variedade de motivações que leva o turista a realizar tal viagem, podendo ser motivado pela prática desportiva competitiva ou não, ou apenas como espectador (Hudson, 2003; World Tourism Organization, 2004).

Através dos eventos na vertente turística, é possível criar condições para atrair este segmento, potencializar recursos e ao mesmo tempo dar reconhecimento a uma marca/imagem ao organizador/entidade (Ritchie e Adair, 2004). Os eventos são considerados uma das mais importantes componentes do turismo desportivo, contribuindo para atrair um maior número de turistas e, conseqüentemente, apresentam um impacto financeiro significativo, sendo reconhecido a nível internacional como um importante segmento de mercado (Hudson, 2003). Estes eventos podem trazer grandes benefícios à sociedade onde são realizados, tanto a curto como a longo prazo, quer ao nível das infraestruturas, aumento de turistas e aumento do volume de vendas (Hudson, 2003).

A nível nacional, os eventos desportivos têm mostrado cada vez mais crescimento, havendo grandes eventos deste gênero, que provocam uma imensa movimentação de pessoas e uma constante permanência na comunicação social de todo o mundo (Ribeiro et al., 2004). De facto, esta é uma vertente bastante importante para o país, principalmente a nível económico, trazendo um elevado volume de receitas para as empresas portuguesas, principalmente na hotelaria (Moura, 2012).

Este crescimento é potenciado pelo facto de Portugal se ter vindo a afirmar como um destino de referência a nível internacional, com particular ênfase na segurança, um clima ameno, um rico património cultural, boas condições naturais (florestais e marítimas), uma hospitalidade inata e um leque diversificado de recursos e serviços turísticos (Turismo de Portugal, 2017a).

Os eventos podem ser definidos como acontecimentos passageiros, limitados por um espaço temporal, organizados por entidades ou organizações de modo a comemorar algo e com vista ao entretenimento dos participantes ou com pontos relacionados com a vida de empresas, cidades ou mesmo comunidades (Bladen et al., 2012). Estes normalmente têm efeitos, não só para os seus participantes, mas para toda a sua área de influência, afetando a economia, o turismo e a comunidade, acrescentando valor e sentido de lugar às localidades, permitindo intervenções que ajudam na melhoria da condição de vida na comunidade em geral (Bladen et al., 2012; Vieira, 2015).

Tendo em conta a natureza da atividade que o evento promove, é possível estabelecer uma tipologia para diferenciar os eventos, existindo a hipótese de um evento assumir mais do que uma tipologia (Vieira, 2015). Getz (2005) considera existirem quatro tipologias de eventos tendo em conta a sua dimensão:

- Eventos locais de pequena dimensão;
- Eventos regionais;
- Eventos de marca (Hallmark);
- E megaeventos.

Além disso, os eventos podem também ser classificados de acordo com a sua finalidade, como por exemplo, eventos institucionais ou promocionais, ou seja, com o intuito de aperfeiçoar uma imagem ou com o objetivo de aumentar as vendas, a sua periodicidade com os eventos esporádicos, periódicos ou de oportunidade, a sua área de abrangência, quer estes sejam locais, regionais, nacionais e internacionais e o seu público-alvo, corporativos ou para o consumidor (Bowdin et al., 2006; Getz, 2008; Vieira, 2015).

De acordo com estas considerações, é possível compreender a histórica ligação entre eventos e o turismo, com uma relação íntima e intensa e de importância relevante a nível social, económico e social (Vieira, 2015).

O turismo de eventos é um dos tipos de turismo mais recente, cuja expansão começou nas últimas décadas do século XX, mas representa um enorme potencial (Čizmić & Čaušević, 2017). Estes são segmentos que são caracterizados pelas motivações que os fazem viajar e, por sua vez, pela diferenciação da oferta existente (Sousa & Rocha, 2019).

4.3. Organização de Eventos de Desporto Adaptado

Com o passar dos anos, tem-se verificado alguma competição entre países para terem a oportunidade de organizarem um evento desportivo, sejam estes eventos direcionados a profissionais ou a amadores. Existem várias razões para esta concorrência, pois, como já foi

destacado, os eventos desportivos incluem o desenvolvimento e promoção da imagem do destino, além de proporcionarem uma atração adicional para os potenciais visitantes. Existem ainda outras motivações para os destinos, como por exemplo, o impacto no consumo gerado pelos turistas desportistas, ao participar nestes eventos desportivos (Garcia, 2017).

Na maioria dos casos, os impactos económicos que um evento gera são benéficos, quer para a economia local, regional ou nacional (Maennig, 2017). Se planeados de forma eficiente, os eventos de desporto podem ampliar o prestígio da região e habilitar novos serviços para a população local, ao nível das infraestruturas de acesso e do ponto de vista da prática desportiva (Bason & Grix, 2018). Segundo Moreira et al. (2003), o planeamento corresponde ao ato ou efeito de planear, elaborar etapas e planificações, o que é a base mais importante para um evento ter sucesso.

Para Parent e Chappelet (2015), os eventos de desporto podem ser categorizados de acordo com: tamanho, como por exemplo os megaeventos que acontecem de 4 em 4 anos como, os Jogos Paralímpicos, têm vindo a ser usados por países em desenvolvimento para atrair um maior número de turistas, quer estes sejam nacionais ou internacionais. Mas existem também os eventos de pequena dimensão, igualmente importantes que acontecem anualmente ou mais que uma vez por ano. Este tipo de eventos, de menor dimensão, podem também ter efeitos muito positivos para a comunidade que os acolhe. Além disso, estes eventos de menor escala aproveitam as infraestruturas já existentes nos destinos, o que significa menores custos económicos e ambientais para a comunidade local (Higham, 1999). Podem também ser categorizados por características espaciais, como a duração e/ou a periodicidade, características temporais, características desportivas e com base no seu objetivo financeiro (Parent & Chappelet, 2015). Segundo Müller (2015), os eventos de desporto também se podem distinguir de acordo com quatro dimensões: a atratividade para os visitantes, o alcance mediático, o custo e o impacto transformador a nível urbano.

Os eventos são bastante diversificados, no que se refere à natureza dos recursos necessários e cuja disponibilização tem de ser assegurada pelos organizadores. Não se trata apenas de gerir grandes multidões de espectadores e assegurar o respetivo catering, também é necessário ter em conta as necessidades de um grande número de atletas (alimentação, instalações, transportes e o impacto na cidade que os recebe, bem como nos seus habitantes). Não há dois ou mais eventos iguais, o que funcionou numa determinada situação pode não funcionar necessariamente num contexto semelhante, cada evento tem as suas próprias características, propósitos e variáveis externas que influenciam o seu desenvolvimento (Ribeiro & Correia, 2022).

Os eventos de desporto adaptado possuem características próprias como qualquer outro evento, acrescidas do fator emoção, que é uma característica única que os distingue de qualquer outro evento (Chiappa & Atzeni, 2016). Para a organização de um evento, é de grande importância a escolha do local,

uma vez que é um fator chave (principalmente quando o mesmo tem como público-alvo residentes de outro país ou região), onde atributos como disponibilidade e qualidade (Vieira, 2015). Também a disponibilidade de alojamento, acessibilidade, mobilidade para o local de evento, o número e qualidade de restaurantes são fatores e atributos importantes para a seleção de parceiros para o evento (Vieira, 2015).

4.4. Importância do Desporto Adaptado e os Eventos Associados

Os eventos devem contribuir de forma original para promover a saúde, a atividade física, os valores positivos do desporto, a igualdade e também o desenvolvimento económico. Esta relevância social dos eventos, tangível e intangível, na maior parte das organizações, deve ser assistida com o auxílio de vários recursos e técnicas, métodos e estruturas de análise, de forma a proporcionar a satisfação do seu público-alvo e a maximizar os objetivos da organização (Ribeiro & Correia, 2022).

As pessoas com necessidades especiais representam, na verdade, um importante mercado para todos os intervenientes num setor que está em crescimento (Eusébio, et al., 2017). Posto isto, os eventos, ações culturais e de lazer devem possibilitar e estimular valores e talentos e integrar as pessoas com incapacidade nos diferentes meios sociais (Barrozo et al., 2012).

Atualmente, é cada vez mais importante que vários agentes económicos do setor reflitam sobre a oferta turística procurando destacar os potenciais turísticos de cada região e por outro lado, investir na promoção dos tempos livres e de lazer dos visitantes (Amorim, 2019). Os eventos também contribuem para a fidelização, dado que atraem muitos visitantes, após cada realização de cada edição (Carvalho, 2017).

Os eventos de desporto são muito mais do que meras competições entre atletas ou participantes em larga escala, são ocasiões sociais que reúnem um vasto número de pessoas e atividades à volta da competição desportiva (Parent & Chappelet, 2015). No que diz respeito ao desporto adaptado e aos eventos associados, estes desencadeiam um vasto conjunto de oportunidades com vista a alcançar objetivos específicos. Neste sentido, a sensibilização é um desses objetivos, como forma de chamar a atenção para questões sociais, culturais ou ambientais que influenciam positivamente ou negativamente a prática desportiva da comunidade e a fidelização de novos públicos, como forma de promover as atividades desportivas, atraindo novos praticantes (Ribeiro & Correia, 2022).

4.5. Síntese

O desporto desempenha um papel fundamental na vida das pessoas com incapacidade, proporcionando uma série de benefícios físicos, emocionais e sociais.

Existem vários eventos desportivos para pessoas com incapacidade, tanto a nível nacional como internacional. Em Portugal, existem ainda muitos torneios e competições em diferentes modalidades desportivas, a maioria organizadas por federações e organizações sem fins lucrativos. Os eventos desportivos podem incluir competições de diferentes modalidades e podem ser realizados em estádios, ginásios, complexos desportivos, piscinas e outros espaços públicos ou privados.

Os eventos associados ao desporto adaptado têm uma importância significativa em vários aspetos. Apresentando como principal objetivo a inclusão e proporcionar atividades adaptadas às suas necessidades.

A combinação entre estas duas áreas pode ser muito vantajosa, já que os eventos desportivos atraem um grande número de pessoas para o local, divulgando o destino a outros turistas. Além disso, o turismo desportivo pode estimular a prática da atividade física e incentivar um estilo de vida mais saudável. Os Jogos Paralímpicos são um exemplo desses eventos, pois estes reúnem atletas com incapacidade de todo o país com melhores resultados nas suas modalidades desportivas adaptadas, como o atletismo, natação, judo, boccia, entre outras.

PARTE II– ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 5 – Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística, em Portugal

Na sua componente empírica, este estudo tem como objeto a perceção sobre a acessibilidade da oferta turística em Portugal, aquando da realização de um evento desportivo para pessoas com incapacidade. Este capítulo tem como objetivo enquadrar a metodologia utilizada, explicando as opções e os procedimentos utilizados para a recolha e tratamento da informação.

5.1. A Acessibilidade dos Eventos Desportivos, em Portugal

A acessibilidade nos eventos para pessoas com incapacidade é uma questão importante que tem sido trabalhada e melhorada nos últimos anos. Em Portugal, existem leis que protegem os direitos das pessoas com incapacidade e que exigem que as instituições públicas e privadas garantam a acessibilidade a todos os seus serviços, incluindo os eventos.

Algumas das medidas que têm sido tomadas para melhorar a acessibilidade no nosso país incluem: a instalação de rampas de acesso e elevadores em edifícios onde ocorrem eventos, a disponibilização de interpretes de língua gestual e serviços de legendagem onde a comunicação é necessária, a disponibilização de espaços reservados para pessoas com deficiência incluindo lugares sentados reservados em áreas de fácil acesso, a utilização de tecnologia, como sistemas de áudio e legendagem para pessoas com deficiência auditiva, a implementação de programas de formação para as equipas de organização de eventos, para que possam melhor atender às necessidades das pessoas com incapacidade.

Apesar do progresso realizado em Portugal, ainda há muito a ser feito para garantir que a oferta turística seja acessível a todas as pessoas com deficiência. No entanto, as iniciativas mostram um compromisso crescente em garantir que todos os cidadãos, independentemente das suas limitações, tenham igual acesso.

5.2. Metodologia

Esta investigação tem como objetivo geral estudar os desafios que se colocam na organização de um evento desportivo para pessoas com incapacidade à oferta turística, quando surge este mesmo evento. Tendo por objetivo dar resposta às questões traçadas na presente investigação, foi elaborada a revisão de literatura, na qual se recorreu à Scopus, base de dados indexada online de artigos científicos e de publicações académicas. Os critérios de procura selecionados permitem-nos consultar os trabalhos publicados nas últimas décadas, através do cruzamento de palavras-chave relacionadas com o objetivo do trabalho, como por exemplo: “parasport”, “tourism”, “accessibility”,

“paralympic events”, “competitive destinations”, “disability sport”. Recorreu-se ainda ao Google Scholar, uma plataforma de pesquisa que reúne um enorme arquivo de publicações de conteúdo científico.

Relativamente ao quadro legislativo, que regula o direito das pessoas com incapacidade à prática de atividades físicas e desportivas, foi realizada uma pesquisa ao site oficial na internet do Diário da República Eletrónico, juntamente com o Turismo de Portugal e consultados os referidos documentos.

Em relação aos dados estatísticos apresentados sobre o número de atletas, o número de clubes em atividades e o número de treinadores/ técnicos, dos últimos quatro anos, foi realizada uma pesquisa no site oficial da internet e por contacto direto, via email, à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, expondo-lhe os objetivos e solicitando os dados pretendidos.

Depois da revisão de literatura sobre o tema em estudo, executou-se a parte empírica sob a forma de entrevistas semiestruturadas, dirigidas a responsáveis de federações e associações desportivas, no sentido de poder recolher informação acerca da sua perceção relativamente às acessibilidades das infraestruturas, equipamentos e serviços da unidade hoteleira.

Segundo Bogdan & Biklen (2010), a entrevista “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.”

Ao optarmos por uma abordagem qualitativa, por formato de análise de conteúdo, definindo-se por “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2009).

Estas entrevistas têm como objetivo, não só perceber o ponto de vista destas federações e associações, como demonstrar a estes entrevistados que o seu papel é fundamental para promover a prática desportiva para os cidadãos com incapacidade e favorecendo a sua integração social, contribuindo para a igualdade de tratamento das pessoas com incapacidade, conforme preconizado no Decreto-Lei 106/2013, de 30 de julho. No final, é nossa intenção poder fazer propostas de valor, de curto-médio prazo bem como de médio-longo prazo.

5.3. Procedimentos

Primeiramente, foi necessário entrar em contacto com as federações e algumas associações e marcar entrevistas presenciais ou online.

Os primeiros emails foram enviados em março de 2022, com o intuito de dar a conhecer o objetivo da tese e agendar uma entrevista. Três das cinco entrevistas foram feitas via zoom e as outras duas foram realizadas por chamada telefónica. As entidades entrevistadas foram: a Federação Portuguesa de Pessoas com Deficiência (FPPD), a Federação Portuguesa de Andebol (FPA), a Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto (PCAND) e Associação de Natação do Interior Centro (ANIC).

Efetuamos repetidos esforços para a realização de mais entrevistas, mas apesar dos nossos esforços não foi possível obter mais respostas.

5.3.1. Caracterização da Amostra

Federação Portuguesa de Pessoas com Deficiência

A fundação da Federação Portuguesa de Pessoas com Deficiência (FPPD), foi criada a 7 de dezembro de 1998, é responsável pela preparação e coordenação da representação nacional em eventos desportivos internacionais. A nível nacional é responsável pelos Programas de Seleções Nacionais e de Alto Rendimento, nas modalidades desportivas sob a sua tutela e em conjunto com as Associações Nacionais por Área de Deficiência. Um dos principais objetivos da FPDD é identificar e dar a conhecer às pessoas com incapacidades e aos principais promotores as diferentes vias de acesso à prática desportiva.

É uma federação multidesportiva, pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos que prossegue a nível nacional o desenvolvimento da prática de diversas modalidades desportivas no âmbito do desporto para pessoas com deficiência, a expressão e o respeito das associações nacionais filiadas por área de deficiência.

Federação Portuguesa de Andebol

A Fundação Portuguesa de Andebol foi fundada a 1 de maio de 1939, por iniciativa das associações de Lisboa, Porto e Coimbra. Armando Tschopp foi o responsável pela publicação das regras do andebol em Portugal, através do jornal Sports, em novembro de 1929.

Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto

Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto é uma associação multidesportiva sem fins lucrativos que procura criar todas as condições de acessibilidade à prática desportiva de pessoas com Paralisia Cerebral e outras situações neurológicas afins. É responsável pela representação das modalidades de Boccia, Boccia Sénior, Tricicleta, Futebol 7, Slalom em cadeira de rodas e Polybat.

A PCAND organiza com sucesso, campeonatos a nível regional, nacional e internacional. Para além das competências inerentes aos eventos de prática desportiva, tem ainda como âmbito as formações

Associação de Natação do Interior Centro

A Associação de Natação do Interior Centro, foi fundada a 25 de janeiro de 1989 que teve como seus fundadores a Associação Desportiva de Castelo de Vide, o Elétrico Clube Fronteirense, o Clube Elvense de Natação, o Clube de Natação de Portalegre e o Clube Náutico de Abrantes.

Constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, a 14 de março de 2008, foi aprovada a alteração do nome e da zona de ação abrangendo os distritos de Portalegre, Castelo Branco e Guarda, o que fez desta associação, a maior em termos geográficos.

5.4. Instrumentos

Esta investigação pretende estudar os desafios que se colocam à oferta turística na organização de um evento de desporto adaptado em Portugal.

Para tal, foi criado o Guião de Entrevista (Anexo 1) de modo a contribuir para uma melhor visão relativamente a esta realidade em Portugal. Tal como o próprio nome indica, este guião de entrevista foi desenvolvido pelo entrevistador para o orientar ao longo da entrevista e assegurar que todos os tópicos importantes fossem abordados.

Relativamente às questões abordadas estas foram devidamente pensadas, tendo em consideração o objetivo do estudo. As questões estão essencialmente focadas em três categorias essenciais: desporto adaptado, oferta turística e eventos desportivos adaptados.

De acordo com a primeira categoria, procurámos perceber um pouco acerca da vida profissional do entrevistado, desde os cargos que desempenhou a experiências vividas que o marcaram ao longo dos anos de experiência. Quanto à segunda categoria, a oferta turística, tivemos como principal objetivo perceber quais as dificuldades e estratégias que as pessoas com incapacidade utilizam quando se deparam com dificuldades em alojamentos, restauração, transportes e à falta de informação acessível. Por último, a categorias dos eventos desportivos adaptados, que integrou questões no âmbito de percebermos quais as condições dos equipamentos e infraestruturas em Portugal, qual o tipo de eventos que rececionamos e a sua dimensão e, ainda, quais as acessibilidades que dispomos para receber estes atletas em Portugal.

5.5. Recolha e Análise de Dados

A amostra do estudo contou com 5 representantes de federações ou associações nacionais, em

Mestrado em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade
atividade no campo desportivo enquanto participantes em competições nacionais e internacionais.

Houve o cuidado em selecionar diferentes tipos de modalidades desportivas.

Os entrevistados foram denominados aleatoriamente como E1 a E5. As características dos participantes estão apresentadas abaixo na Tabela 4.

Tabela 4 - Características dos Entrevistados

Sujeito	Sexo	Entidade	Modalidade	Cargo
E1	Masculino	FPPD	Várias	Técnico Nacional FPPD
E2	Masculino	FPA	Andebol	Presidente AAV
E3	Masculino	PCAND	Boccia	Vice-Presidente PCAND
E4	Masculino	ANIC	Natação	Presidente ANIC
E5	Feminino	ANIC	Natação	Assistente de Direção

Fonte: Elaboração Própria

A recolha de dados baseou-se, assim, em entrevistas semiestruturadas com representantes das modalidades com maior número de atletas, realizadas entre o mês de abril de 2022 e abril de 2023, agendadas (via teams ou telemóvel), em horários indicados pelos entrevistados. A média do tempo das entrevistas foi de 1 hora e 30 minutos.

A escolha desta técnica de recolha de dados decorreu do objetivo da presente investigação. Por esta razão, optou-se apenas pela entrevista semiestruturada, de modo a destacar tal contribuição por parte dos sujeitos. Esta investigação é parte integrante da pesquisa que envolveu uma entrevista piloto, realizada no dia 1 de abril de 2022 a Hugo Silva, Técnico Nacional FPPD. Esta entrevista permitiu melhorar o instrumento concebido para a recolha de informação. Foram realizadas algumas perguntas iniciais, como:

1. Enquanto federação/associação o que é feito para combater a falta de acessibilidade quando realizam um evento desportivo?
2. A escolha do local do evento é realizada tendo em conta as acessibilidades ou simplesmente elege-se um destino?

Dado a entrevista ser semiestruturada, o entrevistador tem conhecimento dos temas sobre os quais tem de obter reações por parte do entrevistado. Sendo que a forma e a ordem de como os irá obter serão deixadas ao seu critério. De acordo com as respostas e novas temáticas surgidas ao longo da entrevista, novas questões foram sendo introduzidas, como forma de aprofundar a discussão do tema.

Sendo uma entrevista semiestruturada, as perguntas foram sendo feitas, tendo a ordem, por vezes sido diferente da apresentada no guião. Relativamente ao registo preciso das respostas, inicialmente foram registadas durante a entrevista, mediante anotações e para melhor precisão foram registadas com o uso de gravador.

Após a transcrição fez-se uma análise e interpretação das entrevistas, com base na técnica de análise de conteúdo. Procurou-se assim criar categorias e subcategorias a partir de informações recolhidas. Desta forma, na análise de conteúdo, foram definidas as categorias e subcategorias e descritores que a seguir se apresentam na Tabela 5.

Tabela 5 - Análise de Conteúdo

Categorias	Subcategorias	Descritores
Desporto Adaptado	Percurso de vida profissional	- Cargos desempenhado
	Experiências marcantes	- Experiências vividas em contexto profissional
Oferta Turística	Alojamento e Restauração	- Falta de acessibilidade - Dificuldades - Estratégias
	Transportes	
	Informação	
Eventos Desportivos Adaptados	Equipamentos e infraestruturas	- Condições - Estratégias
	Eventos Adaptados	- Qual o tipo de evento e a sua dimensão - Sugestões de melhoria
	Receção de Atletas em Portugal	- Acessibilidade em Portugal - Sugestões de melhoria

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que na análise de conteúdo das entrevistas efetuadas, por uma questão de apresentação de dados, recorreu-se ao preenchimento de uma grelha de análise de conteúdo (Anexo 2). No decorrer da investigação procurou-se fazer uma análise de dados rigorosa. Neste sentido, depois de preenchida a grelha de análise de conteúdo procedeu-se à descrição e em seguida interpretação e análise dos resultados obtidos.

5.6. Apresentação e Discussão dos Resultados

Devido ao presente trabalho se basear na análise qualitativa de discurso optou-se por oferecer uma descrição textual dos testemunhos que facilite a elaboração de algumas reflexões sobre o objeto estudado.

Neste capítulo, procede-se à apresentação e discussão dos resultados proporcionados pelo trabalho. Por uma questão de organização optou-se por estruturar este capítulo tendo em conta a categorização que está na base da análise de conteúdo feita às entrevistas. A apresentação e discussão de dados serão feitas relativamente a cada uma das categorias. Desta forma, para todas as categorias em análise serão primeiro apresentados e discutidos os dados, de modo a permitir uma melhor compreensão em cada um dos casos.

1. Desporto Adaptado

O objetivo que esteve na base desta categoria foi identificar qual a relação em algum momento da vida profissional do entrevistado com o desporto adaptado e identificar qual o acontecimento que mais o marcou.

1.1. Percurso de vida profissional

Relativamente ao percurso de vida profissional, todos os entrevistados passaram por diversos cargos e habilitações distintas, que advêm da sua experiência profissional ao longo dos anos. É importante lembrar que o percurso de vida profissional de cada pessoa é único e pode mudar ao longo do tempo. Denota-se no discurso dos entrevistados uma forte dedicação e ligação ao desporto adaptado, sendo de assinalar algumas passagens da vida profissional dos entrevistados:

E2: “Atualmente sou presidente da Associação de Andebol de Viseu e Coordenador Nacional do Projeto “Andebol 4 All”. Este projeto surgiu em 2009 e nos anos seguinte em 2010 e 2011 apresentou-se o mesmo em centros de reabilitação e em 2012 em estabelecimentos prisionais”.

E3: “Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Pessoas com Deficiência e responsável pela modalidade de Boccia. Estive também no Comité Paralímpico Internacional, mas considero-me um facilitador, professor em ambiente de ensino ou não, aprendi com a experiência. A APPCDM em 1981, levou a que entrasse num mundo desconhecido e comecei a dar apoio à paralisia cerebral. Em outubro de 1982 comecei a trabalhar em exclusividade para a APPCDM, durante 20 anos em que comecei a dar treinos com maior incidência no atletismo. Em 1976 estive na equipa de Alcoitão de basquetebol em cadeira de rodas. Mais tarde, ganhamos com a modalidade de Boccia. Fui treinador e dirigente. Na APCN estive até 2021 e continuo a colaborar.”

E4: “Estou ligada à natação desde 1984, já quase há 40 anos, desde que vim para a piscina de Castelo De Vide. Sou técnico desportivo aqui no município e também presidente da ANIC e tive o primeiro contacto com o desporto adaptado há cerca de 8 anos”.

1.2. Experiências marcantes

Ao longo das entrevistas, todos os entrevistados relatam algumas histórias que lhe ficaram gravadas na memória, muitas delas tornando-se autênticas lições de vida. Tal como menciona o entrevistado, E2.

E2: “Já tive várias experiências ao longo da minha vida profissional que me marcaram, como por exemplo, ver os atletas e a forma como eles encaram o desporto e se superam, na vida, no desporto e no trabalho. O meu contacto com eles, fez com que eu fosse a pessoa que sou hoje”.

E também o entrevistado, E5, menciona um acontecimento que o marcou profundamente na sua vida profissional, que embora o atleta não tenha um clube associado, a sua força de vontade era maior.

E5: “Uma experiência me marcou foi durante uma prova de natação, um dos atletas estava incapacitado de ambas as pernas, estava como independente, ou seja, sem clube, sabemos que foi até à piscina e voltou de táxi e quando foi uma das provas dele, a cadeira de rodas estava afastada e eu coloquei-a junto às escadas e perguntei se precisava de ajuda em que ele me agradeceu imenso só por a ter posto junto ao tanque e que ele conseguia fazer o resto sozinho”.

2. Oferta Turística

Esta categoria teve como principal objetivo uma maior compreensão sobre a atualidade da acessibilidade da oferta turística em Portugal, desde o alojamento, restauração, infraestruturas e equipamentos, transportes, entre outros.

2.1. Alojamento e Restauração

É importante referir que todos os entrevistados partilham da opinião de que Portugal ainda apresenta falta de acessibilidade a nível da oferta turística.

E2: “Infelizmente, ainda estamos muito longe de alguns países, especialmente os nórdicos, pois ainda encontramos muitas dificuldades a nível do alojamento, restauração e aeroportos”.

Este comentário vai ao encontro do ponto referido por Swanepoel et al. (2020), onde explica que bons exemplos de design de alojamento adaptado têm as seguintes características: dimensões do quarto, casas de banho adaptadas, a largura das portas, disposição de equipamento e mobiliário.

No que se refere à organização do alojamento e restauração, quando decorre um evento de maior dimensão, esta logística fica a cargo das próprias seleções, associações ou clubes.

E4: “Quando se organiza com Campeonato do Mundo ou outro evento internacional, fica a cargo de cada seleção ou clube gerir o seu próprio alojamento e as próprias refeições”.

E5: “Depende muito do tipo de evento que for, mas normalmente fazemos uma listagem da oferta hoteleira e restauração local e enviamos quase por cortesia a todos os clubes que participarem nesse evento. E os clubes decidem qual o melhor de acordo com as suas necessidades e orçamentos”.

2.2. Transportes

O transporte para o destino e no destino assume grande importância na organização de eventos e constitui além disso uma das principais despesas. Como refere Vieira (2015), o transporte para o evento é a principal despesa dos visitantes, seguida da aquisição de serviços oferecidos pela hotelaria.

E1: “Tratamos ainda de toda a parte logística, desde o transporte, quando é necessário ir buscar ao aeroporto e transporte de equipamentos...”.

E3: “Tudo o que é material desportivo, tem um custo extra nos aviões e já por duas vezes consecutivas os atletas não poderão embarcar por falta de espaço dentro do avião. Muitas companhias aéreas tendem em separar os atletas da mesma equipa, por falta de espaço.”

E4: “Realizamos um estágio na cidade da Guarda, em que fomos nós que asseguramos o transporte, incluindo o transporte dos atletas para a piscina”.

E5: “No Campeonato do Mundo de Natação Adaptada que se realizou no ano passado na Madeira, os próprios autocarros que faziam o transporte dos atletas tiveram de ser escolhidos de acordo com as necessidades dos atletas e escolher um acesso específico com rampa de acesso para o interior do autocarro, porque à saída das instalações existiam buracos que não permitiam as cadeiras de rodas circular”.

Esta informação vai ao encontro da investigação realizada por diversos autores, nas quais dizem que o transporte representa um dos grandes obstáculos com que se deparam as pessoas com necessidades especiais quando pretendem viajar, restringindo as escolhas relativamente à forma de deslocação para os destinos turísticos e durante a permanência nos mesmos (Devile, 2007, 2014; Carvalho, 2022).

2.3. Informação

Nota-se uma preocupação no que diz respeito à informação acessível, nomeadamente a informação disponibilizada nos sites dos diversos *stakeholders* do turismo. O acesso à comunicação envolve as pessoas com dificuldades na fala, visão, audição, entre outras (Eusébio et al., 2022). As necessidades de informação são muito diversificadas e dependem das necessidades dos turistas, como ilustra o seguinte excerto:

E1: “Tratamos ainda de (...) médicos, profissionais de Língua Gestual Portuguesa, alojamento em alguns casos específicos, entre outros”.

Como tem sido defendido por vários autores, seria de grande utilidade a disponibilização da informação numa plataforma na web, com informação atualizada e ajustada a diferentes necessidades, de forma a

dar resposta aos requisitos específicos dos utilizadores, como é destacado pelo seguinte testemunho:

E3: “Deve haver uma tentativa de se criar uma plataforma que permaneça atualizada, para garantir que a mensagem seja compreendida por todos antes de adquirir o serviço”.

O entrevistado E3, partilha da mesma opinião que os autores Akgül e Vatansever (2016), que afirmam que a acessibilidade web é definida como o grau com que um website ou aplicação web permite, ao maior número possível de utilizadores, incluindo os que sofrem com algum tipo de incapacidade ou deficiência, o acesso ao seu conteúdo atualizado.

3. Eventos Desportivos

O objetivo desta categoria foi procurar perceber quais as estratégias e desafios que as federações e associações desportivas adotam perante as inacessibilidades que lhes surgem, aquando da realização de um evento de desporto adaptado.

3.1. Equipamentos e Infraestruturas

A oferta turística encontra-se associada à quantidade e qualidade das infraestruturas desportivas existentes nos destinos. No que toca à participação na elaboração dos eventos, o entrevistado E1, refere que:

E1: “Os eventos quando organizados pela FPDD, regra geral são organizados juntamente com algum dos nossos associados. No entanto, cabe-nos a nós verificar se o espaço tem condições de acessibilidade para receber os atletas”.

Existem instalações desportivas que foram construídas antes da entrada em vigor da legislação produzida relativa às acessibilidades, ou seja, o Decreto-Lei nº163/2006 de 8 de agosto. Este decreto-lei refere que as instalações desportivas devem ser adaptadas num espaço de 10 anos, de modo a assegurar o cumprimento das normas para a melhoria da acessibilidade. Através das entrevistas percebemos que nem sempre esta legislação é cumprida e mesmo quando isso acontece, surgem várias barreiras, conforme o ponto de vista do entrevistado E2, que refere:

E2: “Fala-se de acessibilidade em Portugal, mas a legislação peca muito relativamente às acessibilidades, é redutora. Temos o exemplo de algumas portas de pavilhões e de balneários em que as cadeiras de rodas adaptadas à modalidade não cabem”.

E5 refere ainda que quando decorre um evento desportivo adaptado organizado pela Federação de

Natação Adaptada, as instalações são previamente inspecionadas através da sua lista de requisitos para estes eventos em específico. Sendo que, quando estes requisitos não estão de acordo com as normas, são realizadas melhorias nas mesmas pré-evento.

E5: “Por vezes as condições das infraestruturas e equipamentos vão muito mais além daquilo que está homologado e sofre inspeção”.

3.2. Eventos Adaptados

Os eventos são uma forma importante de promover o desporto adaptado e incentivara participação das pessoas com deficiência para a prática desportiva. Nos últimos anos, Portugal tem recebido eventos de grande dimensão como por exemplo o Campeonato do Mundo de Natação Adaptada, na Madeira ou World Boccia Cup na Povoia de Varzim. Do ponto de vista da sua organização, estes eventos são, na opinião dos entrevistados, complexos pois as condições de acessibilidade não são as melhores, como destaca o entrevistado E3:

E3: “Enquanto organizador, participei em dois Campeonatos do Mundo de Boccia. O de 2010, foi o mais difícil, pois realizou-se em Lisboa, na cidade Universitária. Difícil porque não tínhamos as melhores condições. Realizou-se num pavilhão sem ar condicionado, também não tinha rampas de acesso e o piso de acesso tinha calçada portuguesa, para atravessar a estrada era necessário a polícia fazer o acompanhamento. Acabou por ser um evento interessante pelo lado emotivo”.

Esta opinião é também partilhada por Figueira (2018), em que afirma que Portugal é um país carenciado em termos de “Diferentes tipologias de equipamentos”, é importante apostar em espaços que se diferenciem pela flexibilidade de soluções, pela capacidade de utilização variada, pela economia e rentabilização dos seus elementos e, principalmente, que suprimam as necessidades dos cidadãos.

E5: “Porque a FINA para poder receber estes eventos tem de cumprir todos esses requisitos e por isso são alvo de inspeção, e é o que é importante e faz todo o sentido.”

3.3. Receção de Atletas em Portugal

Portugal tem feito progressos significativos na criação de instalações e oportunidades para os atletas com incapacidade. Sabe-se que, nos últimos anos, Portugal tem investido em infraestruturas adaptadas e acessíveis, como a construção de rampas, elevadores, estacionamento reservados, etc.

E1: “Ainda há muito para fazer no que diz respeito à acessibilidade, desde a formação de mais profissionais, à sensibilização de toda a comunidade, porque as pessoas com deficiência não são as

No entanto, como em qualquer lugar do mundo, sempre haverá melhorias a fazer. Algumas áreas em que Portugal poderia melhorar, incluem a consciencialização sobre a importância da inclusão de pessoas com incapacidade no desporto e a garantia de que os atletas tenham acesso a treinadores e recursos de qualidade.

E4: “O mais importante é a cativação, quer esta seja a nível municipal ou um clube. E quebrar o preconceito. No norte do país existe muito mais inscrito em adaptada do que existe no interior, a mentalidade já começa a mudar aos poucos”.

Este comentário vai ao encontro com a afirmação de Celestino e Pereira (2018) onde explica que o desporto adaptado tem vindo a ocupar o seu lugar, nas práticas culturais e desportivas da sociedade. Contudo, o E5 nota ainda que estas mudanças têm de ir mais longe, comentando que:

E5: “Em Portugal ainda estamos um pouco limitados para receber um grande número de atletas com incapacidade, e acabamos por fazer campeonatos específicos sempre nos mesmos locais, porque quando nos propomos a esse tipo de eventos, temos de ter em conta a oferta de alojamento disponível, bancadas, balneários, entre outros.”

Este testemunho reforça a necessidade de melhorar a acessibilidade das instalações desportivas apostando na competitividade do destino. Por outro lado, reforça-se que esta melhoria seria também de grande utilidade para a população residente, contribuindo para criar condições para o aumento da prática desportiva dos residentes com algum tipo de incapacidade.

5.7. Proposta de pequenas soluções de acessibilidade a curto, médio e longo prazo

De acordo com os resultados apurados e, inclusivamente, as propostas apresentadas pelos próprios entrevistados aquando da realização das entrevistas, sintetizam-se na Tabela 6 as principais propostas de soluções.

Nas soluções a curto-médio prazo expõem-se sugestões como por exemplo, incentivar os atletas à prática contínua de desporto adaptado, aumentar a oferta turística acessível nas várias vertentes, desde o alojamento, à restauração e transportes, formar um maior número de profissionais na área do desporto adaptado.

Para as soluções a médio-longo prazo sugere-se que haja uma modernização e revisão da legislação, expor, por via da formação, as novas limitações nesta área aos recursos humanos e, também, a criação de clubes de desporto adaptado nos Agrupamentos Escolares para a inclusão dos alunos.

Tabela 6 - Propostas de pequenas soluções de acessibilidade a curto, médio e longo prazo

Soluções Curto-Médio Prazo	Soluções Médio-Longo Prazo
Estimular a continuidade da prática desportiva adaptada.	Implementação de mais legislação e revisão da mesma.
Aumento do número de quartos adaptados.	Implementação de formação a recursos humanos já existentes.
Incentivar a formação de mais profissionais na área.	Implementar a prática de desporto adaptado nas escolas.

Fonte: Elaboração própria.

6. Conclusão

A acessibilidade turística e os eventos de desporto adaptado são importantes para Portugal por várias razões.

Em primeiro lugar, Portugal é um país com um grande potencial turístico, atraindo milhões de visitantes, todos os anos. No entanto, muitos dos destinos turísticos e atrações do país não são acessíveis a pessoas com incapacidade, o que limita a capacidade do país de receber turistas com necessidades especiais. Investir na acessibilidade turística não só pode aumentar o número de turistas que visitam Portugal, mas também demonstra um compromisso perante a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os viajantes.

Além disso, os eventos são uma forma importante de promover o desporto adaptado e incentivar a participação das pessoas com incapacidade no desporto. Portugal tem uma longa tradição em desporto adaptado, com muitos atletas de classe mundial a representar o país em competições internacionais. Estes eventos são uma oportunidade para o país demonstrar o seu apoio aos atletas com incapacidades e promover a igualdade e a inclusão. Por estas razões, e tendo em conta a evolução ao longo dos últimos anos no sentido de tornar o destino Portugal mais acessível, seria de grande importância investir na captação de mais eventos de desporto adaptado, procurando envolver os diferentes agentes da oferta turística.

A principal limitação sentida na realização deste trabalho foi, sem dúvida, a escassez de estudos sobre este tema, ainda que alguns estudos internacionais encontrados na pesquisa bibliográfica abordem tópicos como as barreiras à prática desportiva na opinião de pessoas com incapacidade. Esta situação constitui uma barreira ao conhecimento contextual aprofundado da realidade encontrada, na medida em que condiciona a comparação e conseqüentemente uma avaliação adequada. Uma outra limitação encontrada é referente ao número reduzido de entrevistados. Apesar de se ter contactado, via email e chamada telefónica, diversas instituições desportivas, estas não estavam disponíveis para a realização da entrevista o que limitou o número de entrevistados nesta investigação. Contudo, a elaboração deste trabalho tornou-se particularmente desafiante, uma vez que, o aumento dos estudos sobre Turismo Acessível poderá contribuir para a motivação da criação de novas ofertas turísticas desportivas acessíveis, valorizando este segmento de mercado acessível. Este trabalho de investigação é assim motivado por esta necessidade de promover a criação de destinos turísticos acessíveis, o que poderá contribuir para o aumento de receitas de uma determinada região, bem como estimular a mentalidade dos cidadãos face à discriminação de pessoas com algum tipo de incapacidade. Por outro lado, poderá ainda contribuir para uma melhor perceção a nível nacional sobre a oferta turística acessível, ao nível da organização de um evento desportivo adaptado.

O desporto adaptado é de extrema importância para as pessoas com incapacidade, pois proporciona uma oportunidade para que elas possam participar em atividades desportivas e físicas de forma inclusiva. Além disso, promove a igualdade de oportunidades, ajudando a reduzir o estigma e as barreiras sociais que muitas vezes impedem a sua participação plena na sociedade. Ao oferecer as atividades desportivas adaptadas, as pessoas podem ter a oportunidade de experimentar a mesma emoção, competição e espírito de equipa que os atletas sem deficiência experimentam, o que pode levar a uma maior aceitação e respeito mútuo.

Deste modo, foi possível concluir que o desporto adaptado desempenha um papel importante na promoção de igualdade, inclusão e bem-estar para pessoas com incapacidade, além de ajudar a desafiar e a superar os limites percebidos das suas capacidades físicas e mentais.

Para além disso, foi ainda possível concluir que os eventos de desporto adaptado realizados em Portugal são benéficos uma vez que, ao sensibilizarem a população para este tema, suscitam por parte dos municípios um interesse maior em investir em infraestruturas adaptadas, de forma a poderem receber este mercado que se encontra em crescimento.

Ao concluir esta investigação e tendo em conta as limitações encontradas, referidas anteriormente, uma sugestão para investigação futura seria alargar esta investigação a uma amostra mais alargada, incluindo não só mais entidades de desporto adaptado, mas também municípios e agentes da oferta turística. Seria também pertinente alargar a amostra a um panorama internacional, integrando federações internacionais e organizações de desporto adaptado.

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, A. (2017). Turismo e Transportes: Impactos na Acessibilidade aos Destinos Turísticos. In F. Silva & J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*, 135–148. Lidel.

Akgül, Y.; & Vatansever, K. (2016). Web Accessibility Evaluation of Government Websites for People with Disabilities in Turkey. *Journal of Advanced Management Science*, 4(3), 201–210. <https://doi.org/10.12720/joams.4.3.201-210>

Alves, J. P.; Eusébio, C.; Saraiva, L.; & Teixeira, L. (2020). “I want to go, but I have to stay”: restrictions on tourism practices in the accessible tourism market in Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 34, pp. 81–97. <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i34.22348>

Amorim, D. (2019). Eventos no Turismo. In P. Almeida & S. Félix (Eds.), *Manual de Boas Práticas e Sustentabilidade*, pp. 54-58. AIRO. <https://www.ipleiria.pt/estm/wp-content/uploads/sites/21/2021/02/Manual-Turismo-e-Empreendedorismo-Final.pdf>

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barrozo, A. F.; Hara, A. C. P.; Vianna, D. C.; de Oliveira, J.; Khoury, L. P.; da Silva, P. L.; Saeta, B. R. P.; & Mazzotta, M. J. da S. (2018). Acessibilidade ao desporto, cultura e lazer para pessoas com deficiência. *Cadernos De Pós-Graduação Em Distúrbios Do Desenvolvimento*, 12(2). <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11217>

Bason, T.; & Grix, J. (2018). “Planning to fail? Leveraging the Olympic bid”. *Marketing Intelligence & Planning*, 36(1), pp. 138-151. <https://doi.org/10.1108/MIP-06-2017-0106>

Beltramini, L.; & Júnior, A. (2018, out-24 – out-26). Aplicação do desenho universal: uma análise da acessibilidade em hotéis de João Pessoa. In *Atas do Congresso Luso-*

Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, Coimbra – Portugal.

Bladen, C.; Kennell, J.; Abson, E.; & Wilde, N. (2012). *Events Management: An Introduction*. Oxon: *Routledge* (p.440).

Bowdin, G.; Allen, J.; O’Toole, W.; Harris, R.; & McDonnell, I. (2006). *Events Management*. *Great Britain: Elsevier Ltd.*

Carletto, A.; & Cambiaghi, S. (2015). *Desenho Universal: Um conceito para todos*. https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf

Carvalho, D. A. D. (2008). *Análise da situação desportiva do Concelho de Vouzela [dissertação de mestrado]*. Universidade da Beira Interior, Covilhã. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2307>

Carvalho, G. (2017). Turismo cultural. In F. Silva, & J. Umbelino (Coord.). *Planeamento e desenvolvimento turístico*. Lisboa: Lidel, pp. 349-363.

Carvalho, L. (2015). *O Turismo Acessível: estratégias de adaptação de uma cidade* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Instituto Geográfico e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa.

Carvalho, P.; & Lourenço, R. (2009). Turismo de prática desportiva: Um segmento do mercado do turismo desportivo. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 9(2), pp. 122- 132.

Carvalho, R. (2022). A opinião dos agentes turísticos na cidade de Santarém. *ISLA Multidisciplinary e – Journal*, 4(1). https://www.islasantarem.pt/images/ficheiros/islae_journal/ISLA_eJournalV41_2022.pdf

Casais, B.; & Castro, C. (2020). Online communication of accessibility conditions in touristic spots: the design–communication gap in Porto destination. *Journal of*

Hospitality and Tourism Technology, 12(2), pp.196–209. <https://doi.org/10.1108/JHTT-07-2019-0096>

Celestino, T.; & Pereira, A. (2018). In pursuit of excellence in the adapted sport: a case study. *Desporto e Atividade Física para Todos - Revista Científica da FPDD*, 4(1), pp. 25-37.

Chiappa, G. D.; & Atzeni, M. A. (2016). The role of emotions in a sport event experience. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 11(5), pp. 124-152.

Čizmić, E.; & Čaušević, A. (2017). Impact of Event Tourism in a Tourist Destination Quality of Experience – Case of the Sarajevo Film Festival. *Universal Journal of Management*, 5(7), pp.332-340.

Coelho, M.; & Guimarães, M. (2012, agost.-30 – set.-1). Turismo Inclusivo e Lazer em Espaços Públicos. In Atas do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi.

Comissão Europeia (2008). Livro branco sobre o desporto. Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. http://www.golden-goal-plus.eu/uploads/media/NC7807315PTC_002.pdf

Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais no sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, 40(175), pp. 279-295.

Cunha, L. (2007). Introdução ao turismo. Lisboa - Verbo.

Cunha, L. (2012). Planeamento urbano e espaços para a prática do desporto. In J. Bento & J. Constantino (Eds.), *Desporto e municípios: Políticas, práticas e programas* (pp. 117 - 130). Lisboa: Visão e Contextos, Edições e Representações.

Darcy, S. (2006); *Setting a Research Agenda for Accessible Tourism; Australia; CRC for Sustainable Tourism*, p. 35.

Darcy, S., B. C. (2010). Accessible Tourism and sustainability: discussion and a case study. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(4), pp. 515-537.

Darcy, S.; & Buhalis, D. (2011). Conceptualizing Disability: Medical, social, WHO ICF, dimensions and levels of support needs. In D. Buhalis & S. Darcy (Eds.), *Accessible Tourism; Concepts and Issues* (pp. 21–44). *Channel View Publications*.

Darcy, S.; Mckercher, B.; & Schweinsberg, S. (2020). From tourism and disability to accessible tourism: a prespective article. *Tourism Review*.

Decreto-Lei n.º 110/2012. (2012) Diário da República: I série, n.º 98.
<https://files.dre.pt/1s/2012/05/09800/0262202622>

Decreto-Lei n.º 141/2009. (2009) Diário da República: I série, n.º 114.

Decreto-Lei n.º 1/2006. (2006) Diário da República: I série, n.º 18.
https://cpvc.mj.pt/wp-content/uploads/2018/02/DR_01_2006

Decreto-Lei n.º 106/2013 do Ministério da Solidariedade e Segurança Social. (2013) Diário da República: I série, n.º 145.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/106-2013-498708>

Decreto-Lei n.º 163/2006 do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. (2006) Diário da República: I série, n.º 152.
<https://files.dre.pt/1s/2006/08/15200/56705689>

Desig for All Foundation. <http://designforall.org/design.php>. (acedido a 20/12/2022)

Devile, E. (2003). *Necessidades de Informação Turística para pessoas com mobilidade reduzida: o caso dos Deficientes físicos [dissertação de mestrado]*. Universidade de Aveiro).

Devile, E. (2007). “Turismo Acessível”. In Careto H. e Lima S. (Eds.), *Turismo e Desenvolvimento Sustentável*, 2, pp. 191 – 213, Geota.

Devile, E. (2009). O Desenvolvimento do Turismo Acessível: dos Argumentos Sociais aos Argumentos de Mercado. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 11, pp. 39-46.

Devile, E.; & Kastenholz, E. (2018). Accessible tourism experiences: The voice of people with visual disabilities. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 10(3), 265– 285. <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>.

Devile, E.; & Moura, A. (2021). Travel by people with physical disabilities: Constraints and influences in the decision-making process. In C. Eusébio, L. Teixeira, & M. J. Carneiro (Eds), *ICT Tools and Applications for Accessible Tourism* (pp. 55-73). IGI Global. 10.4018/978-1-7998-6428-8.ch003

Dluzewska, A.; & Rodzos, J. (2018). Sustainable tourism supranational policies and the wellbeing — Gaps and challenges from the hosts’ and the guests’ perspective. *Monitoring Obschestvennogo Mneniya: Ekonomicheskie i Sotsial’nye Peremeny*, 147(5), 250–268. <https://doi.org/10.14515/monitoring.2018.5.19>

Domínguez Vila, T.; Alén González, E.; & Darcy, S. (2018). Accessible tourism online resources: a Northern European perspective. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/15022250.2018.1478325>.

Duarte, D., C.; & Oliveira, C., A. (2018). Potencialidade para o turismo rural acessível: um levantamento na região de Planaltina – Distrito Federal. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, 15(1), pp. 2-26.

Eisenberg, Y.; & Maisel, J. (2021). Environmental Contexts Shaping Disability and Health. In *Public Health Perspectives on Disability* (pp. 107–128). Springer US. https://doi.org/10.1007/978-1-0716-0888-3_5

Eusébio, C.; Carneiro, M. J.; Kastenholz, E.; & Alvelos, H. (2017). Social tourism programmes for the senior market: a benefit segmentation analysis. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 15(1), pp. 59-79.

Eurostat. (2019). Ageing Europe – 2019 Edition. Eurostat. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/ks-02-19-681>.

Eurostat (2021). Disability statistics. Recuperado em 18 de abril de 2023, de https://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Disability_statistics#Main_statistical_findings

Félix, D.; Marujo, N.; & Teixeira, M. (2017). Turismo desportivo numa cidade portuguesa património mundial pela UNESCO. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 7(1), pp. 55-67. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.45>

Figueira, T. (2018). Políticas Públicas de Desporto: Estudo sobre Municípios da Área Metropolitana de Lisboa [dissertação de mestrado]. Escola de Ciências e Tecnologias da Universidade de Évora.

Fyall, A.; & Garrod, B. (2020). Destination management: a perspective article. *Tourism Review*, 75(1), 165–169. <https://doi.org/10.1108/TR-07-2019-0311>

Getz, D. (2005). *Event management & Event tourism* (2ªed.). New York: Cognizant Communication Corporation.

Getz, D. (2008). Event Tourism: Definition, evolution, and research. *Tourism management*, 29 (3): 403–428.

Giampiccoli, A.; Mtapuri, O.; & Dłuzewska, A. (2020). Investigating the intersection between sustainable tourism and community-based tourism. *Tourism*, 68(4), pp. 415– 433. <https://doi.org/10.37741/T.68.4.4>

Hall, C. M. (2000). The integrated tourism planning process: dealing with interdependence.

Hallmann, K.; Wicker, P.; Breuer, C.; & Schoenherr, L. (2012). Understanding the importance of sport infrastructure for participation in different sports –findings from multi-level modeling. *European Sport Management Quarterly*, 12(5), pp. 525-544.

Hinch, T. E.; Higham, J. (2004). *Sport Tourism Development*. Clevedon: Channel View Lohmann.

Hudson, S. (2003). *Sport and Adventure Tourism*. Oxford: The Haworth Hospitality Press, Inc.

INE. (2020). *Projeções de População Residente 2018-2080*. INE. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=406534255&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

INE, (2022). *Estatísticas do Turismo -2021*. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=22122921&PUBLICACOESmodo=2

IPDJ: Instituto Português do Desporto e Juventude (2021). *Carta Europeia do Desporto*. Acedido em 22/07/2022. <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/133814/Carta+Europeia+do+Desporto.pdf/69432aa6-e8e2-ae85-24ce-76cc276d3dda?t=1582815203169>.

Jiménez-García, M.; Ruiz-Chico, J.; Peña-Sánchez, A. R.; & López-Sánchez, J. A. (2020). A bibliometric analysis of sports tourism and sustainability (2002-2019). *Sustainability (Switzerland)*, 12(7), pp. 1–18. <https://doi.org/10.3390/su12072840>

Kolodziejczak, A. (2019). Information as a factor of the development of accessible tourism for people with disabilities. *Quaestiones Geographicae*, 38(2), pp.67-73. <https://doi.org/10.2478/quageo-2019-0014>

Lam, K. L.; Chan, C. S.; & Peters, M. (2020). Understanding technological contributions to accessible tourism from the perspective of destination design for visually impaired visitors in Hong Kong. *Journal of Destination Marketing & Management*, 17, pp.100-434. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100434>

Lee, B. Y.; & Cranage, D. A. (2017). Service failure of intermediary service: impact of ambiguous locus of control. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 34(4), 515–530.

Lohmann, G.; & Panosso Netto, A. (2012). *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph.

Maennig, W. (2017). Major Sports Events: Economic Impact. SSRN Electronic Journal, 58. https://www.researchgate.net/publication/317717878_Major_Sports_Events_Economic_Impact

Matušíková, D.; Švedová, M.; Dzurov Vargová, T.; & Žegleň, P. (2020). An analysis of the "European City of Sports" project and its impact on the development of tourist activity: The example of selected Slovakian cities. *Turyzm/Tourism*, 30(1), 61–70. <https://doi.org/10.18778/0867-5856.30.1.18>

Melo ACR, López RFA (2002). O Desporto Adaptado. *Revista Digital*. Buenos Aires 2002.

Mesquita, S.; & Carneiro, M. J. (2016). Accessibility of European museums to visitors with visual impairments. *Disability & Society*, 31(3), pp.373-388. <https://doi.org/10.1080/09687599.2016.1167671>

Michopoulou, E.; & Buhalis, D. (2013). Information provision for challenging markets: The case of the accessibility requiring market in the context of tourism. *Information & Management*, 50(5), pp. 229–239. <https://doi.org/10.1016/j.im.2013.04.001>

Montes, R.; & Aragall, F. (2009). Turismo acessível ou turismo para todos? Sustentabilidade do negócio. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 11, pp.141-145.

Moura, J. (2012). Impacto económico do acolhimento de grandes eventos desportivos. <http://ecportuguesaeeuropeia.blogspot.pt/2012/04/impacto-economico-doacolhimento-de.html>

Müller, M. (2015). What makes an event a mega-event? Definitions and sizes. *Leisure Studies*, 34(6), pp. 627-642.

Nicolau, J. L. (2021). Editorial of the special issue on “Sports and Tourism: Economic Impacts.” *Tourism Economics*, 27(3), pp.415–418.

Organização Mundial de Saúde (2011). Relatório Mundial sobre a Deficiência. São

Paulo: Governo do Estado de São Paulo – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Organização Mundial de Turismo (2007). *A Practical Guide for Tourism Destination Management*.

Peixoto, N.; & Neuman, P. (2009). Fatores de Sucesso e Propostas de Ações para Implementar o “Turismo para Todos”: relevância Económico-social. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 11, pp. 147-154.

Devile, E. C. P. G. L. (2014). Dinâmicas de envolvimento das pessoas com incapacidade nas atividades turísticas, p. 156.

Parent, M.; & Chappelet, J. (2015). *Routledge Hanbook of sports event management. Routledge International Handbooks*.

Pereira, E. (2003). Serviços de desporto e turismo. In: *Marketing do desporto: curso de pós-graduação*. Cruz Quebrada.

Pereira, J. C. (2015). *Acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos hotéis dos setores hoteleiros sul e norte de Brasília (DF)*. Universidade de Brasília.

Pigeassou, C. (2004). *Contribution to the Definition of Sport Tourism*. 9(3), pp. 287-289.

Pigeassou, C.; Bui-Xuan, G.; & Gleyse, J. (2003). Epistemological Issues on Sport Tourism: Challenge for a New Scientific Field. 8(1), pp. 27-34.

PricewaterhouseCoopers. (2021). *Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e o impacto da COVID-19*. Comité Paralímpico de Portugal.

Qiao, G.; Ding, L.; Zhang, L.; & Yan, H. (2021). Accessible tourism: a bibliometric review(2008– 2020). *Tourism Review*. <https://doi.org/10.1108/TR-12-2020-0619>.

Ratkowski, W.; & Ratkowska, J. (2018). Sports events as a determinant of sport tourism. *Baltic Journal of Health and Physical Activity*, 10(1), pp. 86–94.

<https://doi.org/10.29359/bjhpa.10.1.09>

Ribeiro, J.; Viseu, J.; Delalande, T.; Gomes, P.; Pereira, N.; Rodrigues, C.; & Martingo, M. (2004). Avaliação do Impacte Económico do EURO 2004 – Relatório Final. Minho: Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Ribeiro, T.; & Correia, A. (2022). Gestão de Eventos de Desporto: Um Guia para a Gestão (1ª Edição). Sílabas & Desafios Unipessoal, Lda. doi.org/10.34623/pwxr-vj93

Ritchie, B. W.; & Adair, D. (2004). Sport Tourism: Interrelationships, Impacts and issues (eds). Clevedon: Channel View Publications.

Santana, W.; & Lima, L. (2018). O Turismo Acessível como fator competitivo do destino turístico inteligente. *Revista Expressão Científica – Edição Especial Comtur*.

Santos, H.; & Calisto, M. de L. (2020). Infraestruturas desportivas hoteleiras: As preferências dos viajantes. *Tourism and Hospitality International Journal*, 14(1), pp. 114- 133.

Saraiva, L. (2017). O Turismo Acessível e as Empresas de Animação Turística em Portugal Continental.

Saraiva, J.; Almeida, M.; Oliveira, C.; Fernandes, R.; & Cruz-Santos, A. (2013). Desporto Adaptado em Portugal: do conceito à prática. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 18 (5), pp. 623-635.

Silva, A. (2013). O Desporto como fator de diminuição da Sazonalidade: O caso De Vila Real de Santo António [dissertação de mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, R. (2012). Animação Desportiva em Resorts, Caracterização dos Serviços de Animação Desportiva nos Resorts do Litoral Alentejano [dissertação de mestrado]. Faculdade de Motricidade Humana Da Universidade Técnica de Lisboa.

Silveiro, A.; Eusébio, C.; & Teixeira, L. (2020). Estarão as agências de viagens portuguesas preparadas para satisfazer o mercado do turismo acessível? *Revista*

Turismo & Desenvolvimento, 33, pp. 151–168.

Smith, M.; Amorim, E.; & Soares, C. (2013). O turismo acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. *Revista de Turismo y Património Cultural*, 11(3), p. 97.

Sousa, B.; & Rocha, A. T. (2019). The role of attachment in public management and place marketing contexts: a case study applied to Vila de Montalegre (Portugal). *International Journal of Public Sector Performance Management*, 5(2), pp. 189-205
<https://doi.org/10.1504/IJSPM.2019.099094>

Sousa, J.; & Mangas, C. (2020). Acessibilidade no turismo e hotelaria: desafios contemporâneos. Editorial Universitat Politècnica de Valencia.

Souza, R.; & Lunelli, A. (2022). Contribuições da prática regular de exercício físico para pessoas com deficiência física. *Revista de Educação, Saúde e Ciências do Xingu*, 5, p. 168.

Turismo de Portugal (2016). Programa All for All – Portuguese Tourism. Disponível em PowerPoint Presentation (turismodeportugal.pt) Turismo de Portugal (2017). Estratégia Turismo 2027- Liderar o Turismo do Futuro.

Turismo de Portugal (2017a). O melhor de Portugal. Available at: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/o-melhor-de-portugal>

Turismo de Portugal (2022). Boas práticas de acessibilidade - animação turística, turismo acessível. Disponível em: http://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/Boas_Praticas/Paginas/boas-praticas-de-acessibilidade-animacao-turistica.aspx

Vicente, L.; Sousa, C.; & Barreto, A. (2021). A importância da acessibilidade nos espaços de restauração. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, São Luís, 7(1), pp. 188 – 207.

Vieira, J. (2015). Eventos e Turismo – Planeamento e Organização, Da Teoria à Prática.

Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Wilson, P. E.; & Clayton, G. H. (2010). Sports and disability. *The Journal of Injury, Function, and Rehabilitation*, 2(3), S46-54; quiz S55-6. <https://doi.org/10.1016/j.pmrj.2010.02.002>

Winnick, J. P. (2017). *Adapted physical education and sport* (6).ampaign, IL: Human Kinetics

Winnick, J.; & Porretta, D. (2016). *Adapted physical education and sport*. (6). Champaign IL: Human Kinetics

World Tourism Organization (2004). *Sports tourism in Latin America: Products offered by European Tour Operators*. Madrid: WTO, cop.

Zsarnoczky, M. (2018). The Future Challenge of Accessible Tourism in the European Union. *Vadyba Journal of Management*, 33 (1), pp. 39-43.

Anexos

Anexo 1 – Guião de Entrevista

Tema: Eventos de Desporto Adaptado e a Acessibilidade da Oferta Turística, em Portugal

Objetivo geral: Estudar os desafios que se colocam na organização de um evento de desportivo adaptado à oferta turística, na quando surge esse mesmo evento.

Entrevistado:

Crago:

Entidade:

Partes	Objetivos	Questões Orientadoras
Parte I Questões éticas	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar os objetivos da entrevista e pequena apresentação do entrevistador. -Solicitar autorização para a gravação da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Explicação sumária dos objetivos da entrevista no contexto da investigação e breve apresentação do entrevistador. - Pedido de autorização para proceder à gravação da entrevista.
Parte II Percurso de vida profissional do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar experiências marcantes no desporto adaptado e organização destes eventos. - Identificar saberes e competências adquiridas associadas à vida profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Há quanto tempo está no cargo. - Já esteve anteriormente ligado ao desporto adaptado. - Experiências que tenham sido importantes na vida profissional. - Quais as estratégias que optaria para ultrapassar ou contornar a falta de acessibilidade da oferta turística? - Considera que os eventos de desporto adaptado têm potencial de crescimento, em Portugal?

<p>Parte III</p> <p>Questões Finais</p> <p>Visão sobre equipamentos e infraestruturas em Portugal</p> <p>Visão sobre eventos de desporto adaptado organizados</p> <p>Desafios e estratégias turísticas</p>	<p>- Questionar o entrevistado no sentido de dar resposta ao objetivo geral da investigação.</p>	<p>- Na sua opinião, Portugal está preparado para receber os atletas com incapacidade?</p> <p>- Na realidade, em termos portugueses existe grande diferença em relação ao estrangeiro.</p> <p>- Os equipamentos e infraestruturas desportivos estão adaptados e são acessíveis.</p> <p>- Que tipo de competições ou atividades existem disponíveis.</p> <p>- O que pode ser feito relativamente às necessidades logísticas e de transporte relacionadas com a prática desportiva adaptada.</p> <p>- Que tipo de eventos organiza e qual a qual dimensão.</p> <p>- Desafios, dificuldades e estratégias que podem ser feitas em termos turísticos.</p>
<p>Parte IV</p> <p>Agradecimento e validação da entrevista</p>	<p>- Agradecer a colaboração.</p> <p>- Informar da transcrição da entrevista para validação à posteriori.</p>	
<p>Observações:</p> <p>Outras questões a efetuar dependem de cada entrevistado e da condução da entrevista, dado que cada experiência, desporto e incapacidade pode ser diferente.</p>		

Anexo 2 – Grelhas de Análise de Conteúdo das Entrevistas

Categorias de Análise		Desporto Adaptado	
Subcategoria de Análise		Percurso de vida profissional	
Descritores		Cargos desempenhados	
Unidades De Registo	Entrevistados	E1	“Atualmente sou Técnico Nacional da FPDD”.
		E2	“Atualmente sou presidente da Associação de Andebol de Viseu e Coordenador Nacional do Projeto “Andebol 4 All”. Este projeto surgiu em 2009 e nos anos seguinte em 2010 e 2011 apresentou-se o mesmo em centros de reabilitação e em 2012 em estabelecimentos prisionais”.
		E3	“Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Pessoas com Deficiência e responsável pela modalidade de Boccia. Estive também no Comité Paralímpico Internacional, mas considero-me um facilitador, professor em ambiente de ensino ou não, aprendi com a experiência. A APPCDM em 1981, levou a que entrasse num mundo desconhecido e comecei a dar apoio à paralisia cerebral. Em outubro de 1982 comecei a trabalhar em exclusividade para a APPCDM, durante 20 anos em que comecei a dar treinos com maior incidência no atletismo. Em 1976 estive na equipa de Alcoitão de basquetebol em cadeira de rodas. Mais tarde, ganhamos com a modalidade de Boccia. Fui treinador e dirigente. Na APCN estive até 2021 e continuo a colaborar.”
		E4	“Estou ligada à nataçãõ desde 1984, já quase há 40 anos, desde que vim para a piscina de Castelo De Vide. Sou técnico desportivo aqui no município e também

			presidente da ANIC e tive o primeiro contacto com o desporto adaptado há cerca de 8 anos”.
		E5	“Neste momento sou assistente de direção da ANIC e sempre tive muito gosto em trabalhar com o associativismo, porque me preenche”.

Categorias de Análise		Desporto Adaptado	
Subcategoria de Análise		Experiências Marcantes	
Descritores		Experiências vividas em contexto profissional	
Unidades De Registo	Entrevistados	E1	Não respondeu.
		E2	“Já estive várias experiências ao longo da minha vida profissional que me marcaram, como por exemplo, ver os atletas e a forma como eles encaram o desporto e se superam, na vida, no desporto e no trabalho. O meu contacto com eles, fez com que eu fosse a pessoa que sou hoje”.
		E3	“São muitas as histórias e muitas as situações que me marcaram ao longo destes anos, mas o que posso dizer é que a cada ano que passa fui notando que quando crescemos pensamos que somos os maiores e o nosso horizonte de conhecimento reconhece que há muito mais que possamos fazer, de forma a contribuímos para que estas pessoas possam sentir as mesmas experiências e sensações, que todos nós sem qualquer limitação”.
		E4	“Sem dúvida, que foi o Campeonato do Mundo em Londres, porque este foi o meu primeiro campeonato do mundo e porque em Londres consegui perceber todo o esforço e dedicação destes atletas e por ter percebido toda a estrutura que está em volta desta organização, em termos de deslocação de cadeira de rodas, alojamentos que sirvam as necessidades dos atletas e porque Londres era uma piscina preparada para os Jogos Paralímpicos”. “...e ver todo o envolvimento desde fisioterapeutas, biomecânicos, auxiliares das equipas e aperceber-me de pessoas sem membros de como é que comiam,

			como é que nadavam e se deslocavam é absolutamente impressionante”.
		E5	“Uma experiência me marcou foi durante uma prova de natação, um dos atletas estava incapacitado de ambas as pernas, estava como independente, ou seja, sem clube, sabemos que foi até à piscina e voltou de táxi e quando foi uma das provas dele, a cadeira de rodas estava afastada e eu coloquei-a junto às escadas e perguntei se precisava de ajuda em que ele me agradeceu imenso só por a ter posto junto ao tanque e que ele conseguia fazer o resto sozinho”.

Categorias de Análise		Oferta Turística	
Subcategoria de Análise		Alojamento e Restauração	
Descritores		Falta de Acessibilidade; Dificuldades; Estratégias	
Unidades De Registo	Entrevis- tados	E1	“É verdade que nos últimos anos, existiu um boom no que diz respeito ao turismo acessível, com mais informação e sensibilização para com este tema, surgiu ainda a legislação para espaços hoteleiro e outros e aí a diferença nos espaços mais recentes, mas sempre com o mínimo legalmente exigido”.
		E2	“Tentamos diversificar os locais dos campeonatos nacionais, o ano passado fomos pela primeira vez para as Caldas da Rainha e tentamos sensibilizar mais atletas, mais instituições para a criação de novas equipas, sensibilizar as entidades para a necessidade das acessibilidades e tudo o que leva à organização de um evento, desde o alojamento, a restauração, as infraestruturas e equipamentos”.
		E3	“Quer em eventos nacionais ou internacionais já nos deparamos com algumas dificuldades a nível da acessibilidade como, por exemplo, em Portimão numa competição de Paralisia Cerebral em que estávamos hospedados num Hotel do Grupo Pestana os passeios e as rampas, nem tinham a inclinação desejada. Ainda outra situação foi na cidade de Mar Del Plata, na Argentina em que para jantarmos tínhamos de transportar todos os nossos atletas de cadeira de rodas ao colo, porque existia escadas”.
		E4	“Depende muito do tipo de evento que for, mas normalmente fazemos uma listagem da oferta hoteleira e restauração local e enviamos quase por cortesia a todos os clubes que participarem nesse

evento. E os clubes decidem qual o melhor de acordo com as suas necessidades e orçamentos”.

- E5 “Quando se organiza com Campeonato do Mundo ou outro evento internacional, fica a cargo de cada seleção ou clube gerir o seu próprio alojamento e as próprias refeições”.

Categorias de Análise		Oferta Turística	
Subcategoria de Análise		Transportes	
Descritores		Falta de Acessibilidade; Dificuldades; Estratégias	
Unidades De Registo	Entrevis- tados	E1	“Tratamos ainda de toda a parte logística, desde o transporte, quando é necessário ir buscar ao aeroporto e transporte de equipamentos...”.
		E2	“Infelizmente, ainda estamos muito longe de alguns países, especialmente os nórdicos, pois ainda encontramos muitas dificuldades a nível do alojamento, restauração e aeroportos”.
		E3	“Tudo o que é material desportivo, tem um custo extra nos aviões e já por duas vezes consecutivas os atletas não poderão embarcar por falta de espaço dentro do avião. Muitas companhias aéreas tendem em separar os atletas da mesma equipa, por falta de espaço.”
		E4	“A questão dos transportes é muito complicada, porque não é só o transporte em si, dentro do próprio campeonato. Se for um campeonato nacional não há problema, porque os clubes são os próprios responsáveis pelo transporte dos seus atletas. Caso seja um campeonato do mundo, da europa ou uma prova internacional, apesar dos países pagarem muito por cada seleção, e aí a responsabilidade máxima é do comité paralímpico. ”

		<p>E5 “No Campeonato do Mundo de Natação Adaptada que se realizou no ano passado na Madeira, os próprios autocarros que faziam o transporte dos atletas tiveram de ser escolhidos de acordo com as necessidades dos atletas e escolher um acesso específico com rampa de acesso para o interior do autocarro, porque à saída das instalações existiam buracos que não permitiam as cadeiras de rodas circular”.</p> <p>“Realizamos um estágio na cidade da Guarda, em que fomos nós que asseguramos o transporte, incluindo o transfeire dos atletas para a piscina”.</p>
--	--	---

Categorias de Análise		Oferta Turística	
Subcategoria de Análise		Informação	
Descritores		Falta de Acessibilidade; Dificuldades; Estratégias	
Unidades De Registo	Entrevistados	E1	“Tratamos ainda de ... médicos, profissionais de Língua Gestual Portuguesa, alojamento em alguns casos específicos, entre outros”.
		E2	“Devemos repensar e ouvir as pessoas que têm esta necessidade e não podemos continuar com esta falta de informação, com tanta tecnologia a que temos acesso”.
		E3	“Deve haver uma tentativa de se criar uma plataforma que permaneça atualizada, para garantir que a mensagem seja compreendida por todos antes de adquirir o serviço”.
		E4	Não respondeu.
		E5	“A nível de informação online, ainda estamos um pouco limitados, porque até os próprios sites de muitas federações, hotéis e outros, não estão adaptados de forma que uma pessoa com algumas limitações possa usufruir sem qualquer problema”.

Categorias de Análise		Eventos Desportivos	
Subcategoria de Análise		Equipamentos e Infraestruturas	
Descritores		Condições; Estratégias	
Unidades De Registo	Entrevistados	E1	“Os eventos quando organizados pela FPDD, regra geral são organizados juntamente com algum dos nossos associados. No entanto, cabe-nos a nós verificar se o espaço tem condições de acessibilidade para receber os atletas”.
		E2	“Fala-se de acessibilidade em Portugal, mas a legislação peca muito relativamente às acessibilidades, é redutora. Temos o exemplo de algumas portas de pavilhões e de balneários em que as cadeiras de rodas adaptadas à modalidade, não cabem”.
		E3	“Temos de pensar na acessibilidade para que todos possam utilizar. O que falta é um grande trabalho de base, nomeadamente nas escolas. Se todas as crianças praticassem desporto, inclusive as crianças com necessidades, conseguiríamos atrair muitos mais jovens o que mais tarde iria obrigar a surgirem as infraestruturas e equipamentos que o justificassem”.
		E4	“Em Portugal, já existem algumas piscinas com condições para a realização destes eventos. Até agora pelo que tenho ouvido em muitos comentários dos que me foram chegando, não existiu em termos de organização um nenhum campeonato do mundo que seja tao falado como o Campeonato na Piscina da Penteadá na Madeira porque nós conseguimos transformar as nossas dificuldades e o que nos faltava com os recursos humanos e como conseguimos resolver as situações e conseguimos chegar sempre a bom porto”.

			“Conseguimos chegar a ser uma das grandes referências da FPN e que conseguia superar as questões técnicas que existiam”.
		E5	“Por vezes as condições das infraestruturas e equipamentos vão muito mais além daquilo que está homologado e sofre inspeção”.

Categorias de Análise		Eventos Desportivos	
Subcategoria de Análise		Eventos Adaptados	
Descritores		Qual o tipo de evento e a sua dimensão; sugestões de melhoria	
Unidades De Registo	Entrevistados	E1	“Com o passar do tempo, verificamos que um ou dois destinos apresentam melhores condições para a realização dos nossos eventos e, a partir daí realizamos, em regra geral, sempre nesses mesmo locais, como por exemplo, Póvoa de Varzim e Rio Maior. No entanto, não invalida a realização noutra local”.
		E2	“Os eventos têm de ser realizados com mais ou menos dificuldades. Tal como nós que fizemos o Campeonato do Mundo, em Leiria com nove seleções e o Campeonato da Europa. Tem-se de ir adaptando com as dificuldades que existem dos próprios atletas, treinadores, dirigentes e pessoas que os acompanham. O fundamental é a capacidade de adaptação e arranjar soluções para pequenas dificuldades”. “Somos o último país da Europa na tabela desportiva para a prática do desporto adaptado, após a pandemia. Por isso temos de fazer um esforço muito grande, no sentido de termos mais atletas e começarmos mais cedo de forma a participarem em mais eventos”.
		E3	“Enquanto organizador, participei em dois Campeonatos do Mundo de Boccia. O de 2010, foi o mais difícil, pois realizou-se em Lisboa, na cidade Universitária. Difícil porque não tínhamos as melhores condições. Realizou-se num pavilhão sem ar condicionado, também não tinha rampas de acesso e o piso de acesso tinha calçada portuguesa, para

			atravessar a estrada era necessário a polícia fazer o acompanhamento. Acabou por ser um evento interessante pelo lado emotivo”.
--	--	--	---

		E4	“Passei a integrar o convite da Federação Portuguesa de Natação, estive no Campeonato do Mundo de 2012, em Londres e como parte integrante da seleção nacional estive na organização de três grandes eventos em Portugal na piscina da Penteada na Madeira que foram dois Campeonatos do Mundo e um Campeonato da Europa”.
		E5	“Porque a FINA para poder receber estes eventos tem de cumprir todos esses requisitos e por isso são alvo de inspeção, e eu que é importante e faz todo o sentido.”

Categorias de Análise		Eventos Desportivos	
Subcategoria de Análise		Receção de Atletas em Portugal	
Descritores		Acessibilidade em Portugal	
Unidades De Registo	Entrevis- tados	E1	“Ainda há muito para fazer no que diz respeito à acessibilidade, desde a formação de mais profissionais, à sensibilização de toda a comunidade, porque as pessoas com deficiência não são as únicas beneficiárias, mas sim todas as pessoas que usufruem dos espaços”.
		E2	“Infelizmente em Portugal ainda não estamos acessíveis. Existe sim uma ou outra facilidade, com uma ou outra infraestrutura mais acessível, porventura esses locais são escolhidos pela sensibilidade de quem os representa e querem dar oportunidade a todos e esta é a principal razão”. “Ainda há muito trabalho importante a fazer, desde o CPP, a todas as federações, associações desportivas, a todos os clubes desta área, devem captar mais pessoas com deficiência para o desporto e dar oportunidade a estes futuros atletas”.
		E3	“Portugal, já recebe estes atletas e cada vez realizamos provas internacionais o que também significa que já vamos tentar algumas condições para tal. No entanto, a adaptação está sempre no nosso físico, intelectual, emotivo e involucre às nossas circunstâncias.”

		<p>E4 “O trabalho que está a ser feito é existir mais voluntariado que não existe em Portugal, tirando os pais e familiares dos atletas. E Londres marcou por isso, porque estavam 10 mil pessoas naquela piscina, porque a mentalidade e a sensibilidade é diferente”. “Portugal, está agora a dar os primeiros passos e é necessária uma maior disponibilidade das pessoas e não pensem só o que vão ganhar a nível de dinheiro</p>
--	--	---

		<p>e pensar o que é que nós podemos fazer para ajudar as pessoas que já têm aquela dificuldade na vida e é preciso de pessoas para apoiar”.</p>
		<p>E5 “Em Portugal ainda estamos um pouco limitados para receber um grande número de atletas com incapacidades, e acabamos por fazer campeonatos específicos sempre nos mesmos locais, porque quando nós propomos a esse tipo de eventos, temos de ter em conta a oferta de alojamento disponível, bancadas, balneários, entre outros.” “O mais importante é a cativação, quer esta seja a nível municipal ou um clube. E quebrar o preconceito. No norte do país existe muito mais inscritos em adaptada do que existe no interior, a mentalidade já começa a mudar aos poucos”.</p>

